

cress-sp conselho regional de
serviço social de
são paulo
9ª região

Gestão Ampliações
Das Lutas Coletivas à Emancipação
2014-2017



CADERNO DE

POSICIONAMENTOS

POLÍTICOS

Gestão Ampliações

Das Lutas Coletivas à Emancipação

2014-2017

EXPEDIENTE

**Conselho Regional de Serviço Social
de São Paulo 9ª Região (CRESS-SP)**

Gestão 2014-2017
Das lutas coletivas à emancipação

Presidente

Mauricleia Soares dos Santos

Vice-Presidente

Luciano Alves

1ª Secretária

Patrícia Ferreira da Silva

2ª Secretária

Márcia Heloisa de Oliveira

1ª Tesoureira

Laressa de Lima Rocha

2ª Tesoureiro

Julio Cezar de Andrade

Conselho Fiscal

Carla da Silva Germano

Kelly Rodrigues Melatti

Matsuel Martins da Silva

Suplentes

Adriana Brito da Silva

Aparecida Mineiro do Nascimento Santos

Fábio Rodrigues

Maria Auxiliadora Pereira da Silva

Comissão de Comunicação

Fábio Rodrigues

Kelly Rodrigues Melatti

Luciano Alves

Matsuel Martins da Silva

Larissa Furtado (Assessora de Comunicação)

Projeto Gráfico e Diagramação

RS Press (www.rspress.com.br)

Revisão ortográfica

Paulo Furstenuau



Rua Conselheiro Nébias, 1.022, Campos Elíseos
CEP: 01203-002 – São Paulo/SP
Tel: (11) 3351-7500
www.cress-sp.org.br

FICHA CATALOGRÁFICA

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
---------------------------	----------

CAMPANHA:

EM DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA NÃO SE MEXE	11
---	-----------

POSICIONAMENTOS, MÍDIAS E IMAGENS

2014

NOTA	22
JORNAL AÇÃO	24

2015

NOTAS E MOÇÕES	30
CLIPPING	44
YOUTUBE	46
JORNAL AÇÃO	48

2016

NOTAS E MOÇÕES	56
CLIPPING	72
YOUTUBE	76
JORNAL AÇÃO	78
LIVRETOS	84

2017

NOTAS E MOÇÕES	90
CLIPPING	96
JORNAL AÇÃO	100
LIVRETO	104

Apresentação

E com muito contentamento que o CRESS-SP apresenta esta coletânea da gestão Ampliações: Das Lutas Coletivas à Emancipação, expressando os posicionamentos políticos construídos coletivamente no período entre 15 de maio de 2014 e 17 de maio de 2017.

Nos três anos, vivemos uma conjuntura de acirramento da sobreposição dos interesses capitalistas em face dos interesses da classe trabalhadora, sobretudo no estado de São Paulo. Tempos de regressão de direitos, ataques aos direitos da classe trabalhadora e tantos retrocessos no cotidiano profissional e no contexto mais geral da sociedade.

Não foi em vão que, já em 2015, a gestão Ampliações: Das Lutas Coletivas à Emancipação reeditou a campanha *Em Direitos da Classe Trabalhadora não se Mexe*, como forma de expressar nossa resistência para a permanência dos mínimos direitos conquistados historicamente por essa classe.

A continuidade da nossa luta se expressou nos posicionamentos de denúncia, apoios, reivindicações e defesa da classe trabalhadora de variadas formas, como carta aberta, artigos, manifestos, entrevistas, monções, atividades e notas, entre outras. Nesses três anos, as publicações nos encheram de orgulho de ter garantido a defesa do projeto profissional do Serviço Social, que afirma princípios éticos e políticos contidos em nosso Código de Ética (1993). Construímos muitas estratégias: seminários, revistas, campanha, posicionamentos, atos de desagravo, nucleação/descentralização e tantas outras formas de expressar nossas posições.

Deixamos registrados nossos posicionamentos, materializando a direção dada na defesa da profissão e seu compromisso com a classe trabalhadora. Trata-se de um projeto coletivo, materializando, na luta cotidiana da profissão e junto com outros/as trabalhadores/as, a defesa intransigente dos direitos humanos.

Muitos são os desafios que permanecem, numa conjuntura que muda a cada dia e que exige de nós, assistentes sociais, articulados/as com o conjunto da classe trabalhadora, a capacidade de refletir acerca de nossa realidade, definir ações críticas para construir um projeto coletivo que vislumbre outra ordem societária, sem dominação, exploração de classe, gênero e etnia, conforme preconizam os princípios fundamentais do nosso Código de Ética.

Convidamos todos/as os/as assistentes sociais a conhecer a sistematização desses posicionamentos, para que façamos das lutas coletivas um caminho trilhado com consciência de classe, rumo à emancipação, até a superação do capital.

Conselho Regional de Serviço Social – CRESS-SP
São Paulo, agosto de 2017

Gestão Ampliações: Das Lutas Coletivas à Emancipação (2014-2017)
Gestão Ampliações: Trilhando a Luta com Consciência de Classe (2017-2020)

CAMPANHA
Em direitos da
classe trabalhadora
não se mexe



CAMPANHA



EM DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA NÃO SE MEXE: renovar compromisso com radicalidade e coerência ética

No ano em que comemoramos os 80 anos do Serviço Social no Brasil, é tarefa política dessa categoria reafirmar o legado que essa profissão vem construindo ao longo da história, sobretudo no que se refere à recusa da neutralidade e à necessária tomada de posição na luta pelos legítimos interesses da classe trabalhadora.

Nesse contexto tão complexo e difícil que estamos vivendo no Brasil, a tônica de uma análise de conjuntura responsável e comprometida deve ser a radicalidade (entendida na concepção marxiana – ir à raiz) da direção social vinculada a uma perspectiva de classe, que garanta uma análise racional das determinações que têm afetado a vida da classe trabalhadora e exigido, cada vez mais, uma postura ético-política de resistência, luta e coragem.

Tendo como pressupostos os elementos de recusa da neutralidade, de uma análise que utilize a história como aspecto importante de se captar o movimento do real e suas contradições e o lugar do qual falamos que é o reconhecimento enquanto classe trabalhadora, essa análise de conjuntura se dividirá em quatro momentos:

1. Breve contextualização da situação política brasileira;
2. A ofensiva do conservadorismo;
3. Breve contextualização da situação do estado de São Paulo;
4. O rebatimento desses aspectos no Serviço Social.

1. Breve contextualização da situação política brasileira

Primeiramente, o acúmulo teórico-político do Conjunto CFESS/CRESS tem amadurecimento suficiente para reconhecer e afirmar que a crise estrutural do capital (que não é nacional, mas in-

ternacional) há tempos tem manifestado seus ataques à classe trabalhadora, seja na repressão de suas lutas (inclusive com históricos de assassinatos, como é o caso de militantes indígenas), seja na cooptação/institucionalização de suas forças mais progressistas, seja nas estratégias de conciliação de classe que pouco oferecem resistência ao modo de produção capitalista que é a origem da exploração expressa nos mais perversos rebatimentos na vida de trabalhadores/as.

A destruição de direitos da classe trabalhadora ganha ênfase desde a adesão à política econômica neoliberal vigente no Brasil de 1990, de forma que todos os governos, de formas diferenciadas, aplicam medidas de ajustes que atingem a vida da classe trabalhadora. Governos legítimos e ilegítimos parecem caminhar, mesmo que de modo diferente, nas mesmas perspectivas de atender às necessidades dos mercados, sobretudo o mercado financeiro.

Então, os retrocessos sociais em termos dos direitos da classe trabalhadora, muito embora evidenciados no governo oportunista de Michel Temer, não são nenhuma novidade, isso porque a classe trabalhadora vem pagando a conta dessa crise há tempos. Não podemos deixar de citar que os interesses do agronegócio, dos/as banqueiros/as, da mídia, ao longo da história brasileira, tiveram grande proteção/investimento do Estado brasileiro para alavancar os processos de exploração da classe trabalhadora, em função do aumento do lucro e da reprodução do capital. Nos últimos 12 anos, não foi diferente e vimos isso materializado na nomeação de sujeitos significativos desses setores burgueses para os Ministérios, no financiamento empresarial de campanhas eleitorais, nos aspectos ideológicos das notícias veiculadas na grande mídia, na aliança com partidos historicamente e declaradamente vinculados aos interesses burgueses e conservadores da sociedade brasileira, entre outros exemplos.

Para elucidar essa questão, faz-se necessário retomar o contexto, por exemplo, do Projeto de Lei 30/2015, que dispõe sobre os contratos de terceirização; as Medidas Provisórias 664 e 665 de 2014, que alteram regras para acesso ao seguro-desemprego; o ajuste fiscal anunciado em 2015, que retirou verba das políticas sociais, denotando prioridade no pagamento de juros da dívida pública; e a aprovação da lei antiterrorismo em março de 2016, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, que significa um instrumento legal importante para a repressão, sobretudo, dos movimentos sociais.

Nesse sentido, o que está colocado na agenda da sociedade brasileira, em especial à classe trabalhadora, no que se refere à retirada e ameaça aos direitos historicamente conquistados? Como temos avaliado os aparentes avanços nas políticas sociais em face de fatos concretos que demonstram a vinculação das ações governamentais com os interesses burgueses?

Por mais que tenhamos o reconhecimento de que esses retrocessos não datam de maio de 2016, mas, pelo contrário, encontram na história condições objetivas de reprodução de uma lógica de afirmação do capitalismo, não podemos negar que, desde o afastamento da presidente Dilma, esses retrocessos ganharam alto grau de ataque à classe trabalhadora e exigem resistência à altura. O projeto chamado “Ponte para o Futuro” foi construído na iminência da tomada oportunista do poder executivo e, agora, tem se mostrado, de maneira ilegítima, como uma saída para a crise do capital que acomete o País. Ocorre que tal “saída” é uma resposta falaciosa à classe trabalhadora - na verdade, ela corresponde a uma saída da direita e não interessa em nada às garantias necessárias a uma classe que continua sendo explorada e ‘pagando a conta’ para continuidade de reprodução do capital, enriquecendo ainda mais os/as poucos/as beneficiados/as acionistas da dívida pública em detrimento de milhões de brasileiros/as que encontram-se sem trabalho, com condições precárias de acesso a serviços, com contratos de trabalho precarizados, nas ruas dos grandes e pequenos centros urbanos, entre outras expressões de barbárie a que a classe trabalhadora está exposta. O que tem surgido como resposta, a chamada “Ponte para o Futuro” versa sobre iniciativas de privatização do que sobrou de estatais, uma contrarreforma da seguridade social, a redução e fusão de Ministérios, desconsideração do acúmulo político em áreas extremamente impor-

tantes como a educação, com os diálogos mantidos com representantes do projeto/movimento “Escola sem Partido”.

O que podemos destacar é que há evidências de estratégias de utilização do fundo público para satisfazer aos interesses privados; há uma pressa nas reformas dos conteúdos que dizem respeito às políticas de seguridade social e ao desmonte dos direitos sociais universalizados, além de um acirramento no ódio de classe e um obscurecimento das análises por meio de uma mídia antidemocrática e de aspectos ideológicos de reprodução dos interesses das classes dominantes.

Hoje, observa-se uma ânsia por se resolver a corrupção e essa fala está presente na mídia, nos diálogos cotidianos, nas opiniões e postagens em redes sociais, no discurso raso e aparente da realidade. *Mas a corrupção seria o início ou resultado dos anseios capitalistas? A corrupção precisa ser combatida e, sem dúvida nenhuma, ela tem uma marca significativa na história brasileira que obstaculiza os avanços necessários em termos de condições objetivas de vida da classe trabalhadora, investimento e financiamento de políticas sociais, entre outros aspectos. Mas não seria a corrupção um movimento próprio do modo de produção que usurpa a mão de obra dos/as trabalhadores/as para obtenção de lucros cada vez maiores? O que está no pano de fundo desse discurso contrário à corrupção?*

Outro discurso bastante evidenciado nesse contexto de crise política é o discurso pela democracia eleitoral. Nesse caso, é importante apontar que a democracia não pode ser uma abstração, não é possível defendermos apenas discurso ou a ideia de garantia da democracia eleitoral sem que ela tenha concretude na vida material da classe trabalhadora. A defesa da democracia deve se dar nos aspectos mais concretos e cotidianos da vida social. Nesse sentido, nos valem de uma citação de Mauro Iasi (2016), em sua coluna no blogue da Boitempo:

“A democracia não morre apenas por manobras palacianas e parlamentares, por meio de contorcionismos e oportunismos legais. A democracia agoniza quando um pedreiro é sequestrado, torturado, assassinado e tem seu corpo escondido, como o corpo de Amarildo. A democracia agoniza com seu corpo arrastado por uma viatura, como o corpo de Claudia. A democracia morre em cada jovem negro que engrossa a lista dos famigerados autos de resistência. A justiça definha quando Rafael Braga continua preso por portar um desinfetante e militantes são processados por se manifestarem contra as fraudulentas obras da Copa do Mundo da FIFA. A democracia morre com cada casa que cai na Vila Autódromo, em cada comunidade indígena atacada por pistoleiros, em cada cidade arrasada pela lama das mineradoras ou a sanha de empreiteiras. Depois de transformar a democracia numa abstração que não faz sentido para boa parte de nossa classe, não se pode esperar que as pessoas se mobilizem para defendê-la”.

Diante desses fatos, outras perguntas são suscitadas: *podemos dizer que a classe trabalhadora, vivenciando os diversos ataques a seus direitos históricos, experimentam em seu cotidiano o valor de democracia? O que esse contexto tem exigido da classe trabalhadora em termos de sua organização? O que esse contexto tem exigido das organizações de esquerda, sobretudo no que se refere à construção de unidade de ação que possa ir à raiz de todos esses elementos? As lutas de classes estão pautadas em quais determinações da realidade social? Como temos negado os idealismos e as abstrações para a defesa das garantias de direitos políticos, civis, sociais na vida cotidiana e material da classe trabalhadora?*

2. A ofensiva do conservadorismo

Nessa mesma perspectiva, a presença do conservadorismo também não data de agora, pelo contrário, está na base da formação sócio-histórica do Brasil e se reatualiza de maneira bastante forte no contexto das relações sociais, culturais e políticas. Nesse sentido, essa característica

conservadora se soma às ações burocráticas do Estado e cria condições para que os ataques à classe trabalhadora sejam cada vez mais perversos e difíceis.

Isso fica evidenciado, nos últimos tempos, na própria configuração do legislativo brasileiro, que tem uma composição que, ousamos dizer, ameaça a já frágil laicidade do Estado, pois interesses religiosos ameaçam direitos vinculados à liberdade de consciência, interferem nas pautas políticas dos movimentos sociais e de interesses legítimos da classe trabalhadora. A votação do Congresso Nacional pelo afastamento da presidente Dilma Rousseff evidenciou esses aspectos de maneira bastante intensa, quando deputados/as retomavam a família, divindades e interesses particulares como justificativa de voto, destacando que o espaço privado se apropria do Estado para a defesa e reprodução de lógicas de dominação/exploração bastante claras e em favor dos interesses burgueses.

O Estatuto da Família (projeto de lei), o Estatuto do Nascituro (projeto de lei), a retomada da PEC 171/1993, que dispõe sobre a redução da maioria penal, o projeto que dificulta o acesso ao aborto seguro para mulheres vítimas de violência sexual, o pouco avanço em termos de ações efetivas acerca do combate à LGBTfobia são apenas alguns exemplos de como essa lógica ofensiva do conservadorismo se materializa no Estado brasileiro e cria condições, juntamente com as ações da burocracia estatal, para que a classe trabalhadora, no processo de exploração/opressão, ‘pague a conta’ da crise econômica e moral do modo de produção capitalista.

A cultura do estupro, a máxima de “mulher bela, recatada e do lar” e os Ministérios ilegítimos sem composição feminina também revelam retrocesso da sociedade brasileira em determinar qual o lugar da mulher, sem reconhecer sua luta histórica, seu papel fundamental para o avanço dos direitos sociais e sem reconhecer as opressões cotidianas que estão direcionadas às mulheres, sobretudo pobres, negras e periféricas. A tudo isso, não podemos deixar de dizer: lugar de mulher é onde ela quiser e machistas jamais passarão!

As questões indígena, racial, geracional, enfim, em termos de direitos humanos numa concepção classista, têm visto rebatimentos bastantes avolumados no que se refere à ofensiva conservadora.

As medidas no âmbito dos três poderes que versam sobre esses aspectos não laicos e conservadores ganham vulto no ‘miúdo do cotidiano’, que, por vezes, de forma alienada e alienante, naturaliza ainda mais a cultura do estupro, as práticas racistas, de LGBTfobia, a violência contra crianças e adolescentes, o extermínio da juventude negra, a criminalização dos movimentos sociais com forte repressão militar e a xenofobia, entre outros.

Como temos resistido a esses ataques? Quais os rebatimentos de falas e ações de cunho fascista na vida social da classe trabalhadora?

3. Breve contextualização da situação do estado de São Paulo

Nessa mesma perspectiva, na toada de ataque à classe trabalhadora, podemos destacar algumas particularidades do estado de São Paulo, no governo de Geraldo Alckmin:

- Sustentação do atual governo Temer;
- Defesa da reforma trabalhista e previdenciária;
- Composição do “Projeto Ponte” junto à Fiesp;
- Desmonte das políticas públicas quando sucateia os serviços oferecidos à classe trabalhadora
- como saúde, educação, transporte, habitação e assistência social, entre outros;
- Boicote à implantação do SUAS.

Em 2015, o governo estadual tentou uma proposta de reorganização escolar que teve como resposta a mobilização e ocupação de cerca de 200 escolas (2015 e 2016). A essa situação, somamos o “desaparecimento” da merenda escolar. Agravando ainda mais essa realidade, temos uma política clara de criminalização dos movimentos sociais; uma polícia que mata e gera violência nas comunidades, como o caso do menino de 10 anos assassinado recentemente; temos a não aprovação no currículo escolar do conteúdo de gênero; a mobilização contra o aumento das passagens.

No município de São Paulo, o governo Haddad:

- Sempre foi base de sustentação do governo Dilma;
- Sucateia as políticas públicas quando imprime perda de direitos dos/as trabalhadores/as;
- Não garante a chamada dos/as aprovados/as nos concursos públicos;
- Cria projeto de desfavelização das praças (14 mil pessoas morando nas ruas da cidade e 8.500 vagas nos abrigos).

4. O rebatimento desses aspectos no Serviço Social

Tanto do ponto de vista da formação quanto do trabalho profissional, pela trajetória histórica dessa profissão, a leitura crítica da realidade é aspecto fundamental para subsídio das ações dos/as assistentes sociais, isso porque trata-se de uma profissão que se reconhece enquanto trabalhadora e, portanto, vivencia todos esses ataques aqui mencionados e também porque em sua intervenção, sobretudo nas políticas sociais, é um agente profissional que atende à classe trabalhadora e que, portanto, tem uma tarefa política de fomentar o debate e a reflexão que associe cada vez mais o projeto profissional a um projeto societário anticapitalista.

Recuperando o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, elucida-se como princípio VIII a *“opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.”*

Dessa forma, seguindo esse princípio, é necessário que a leitura da realidade passe por uma vertente racional de análise, que possa ir na radicalidade de recusa do capitalismo e, portanto, com uma clara direção social de que a conciliação de classe não é (ou não demonstrou ser) saída para uma nova ordem social diferente do capitalismo. Significa dizer que a vinculação com os princípios explícitos no Código de Ética deve pautar a independência e autonomia das entidades da categoria profissional, em especial os Conselhos, para que continuem superando sua mera ação cartorial e de aparelho do Estado, para o patamar de defesa robusta e incondicional da profissão e, portanto, defesa de sua opção teórica vinculada a projetos societários revolucionários.

Dessa forma, pensamos que é urgente explicitar as divergências existentes no interior dessa profissão, até mesmo pela trajetória histórica desses 80 anos, elucidando os movimentos que hoje não mais se assemelham ou se identificam nessa perspectiva classista, para que possamos, de fato, fortalecer um projeto ético-político que se pretenda revolucionário, negando o modo de produção capitalista por entender que em seu interior não há possibilidade de reforma que não recaia sobre a exploração/dominação/opressão da classe trabalhadora.

Pensa-se, dessa forma, na necessidade de reafirmação dos valores de liberdade, autonomia e emancipação em seu aspecto concreto (não idealista) de construção histórica, tendo como horizonte o fim do capitalismo e apreendendo as mediações cotidianas para a construção histórica (não de uma profissão, mas de uma ação revolucionária classista), para um patamar de total desenvolvimento dos indivíduos sociais, sem que as condições objetivas criem e imponham limites e determinem o lugar de explorados/as e oprimidos/as a homens e mulheres que produzem a riqueza social.

A gestão Ampliações - Das Lutas Coletivas à Emancipação foi forjada, eleita sem qualquer recuo e temor, e vem cumprindo seu dever político. Assim, corroboramos o CFESS Manifesta de

junho de 2016, intitulado *Em Tempos Desiguais, não Temeremos! O Serviço Social e o Contexto de Retrocessos*, entendendo que a conjuntura atual convoca a categoria à/ao:

1. Contribuição com a organização da classe trabalhadora, como parte dela;
2. Defesa da proteção social do Estado por meio da seguridade social;
3. Defesa do trabalho e da profissão de assistente social;
4. Defesa intransigente dos direitos humanos, ampliando os direitos das mulheres, negros/as, população LGBT;
5. Democratização da comunicação;
6. Luta contra toda forma de criminalização dos movimentos sociais;
7. Alinhamento ao posicionamento por “nenhum direito a menos”.

Nessa perspectiva, o CRESS-SP tem a reedição da campanha *Em Direitos da Classe Trabalhadora Não se Mexe*, que se propõe oferecer uma unidade nessa bandeira de luta que recusa todos os retrocessos da sociedade brasileira, nesse ou em qualquer outro governo, e reafirma tanto a recusa da neutralidade dessa profissão quanto seu aspecto combativo e corajoso na luta e resistência pelos interesses da classe trabalhadora.

**A saída para nós, trabalhadores/as, é a mobilização!
Lutar não é crime! Só a luta coletiva muda a nossa vida!
Em direitos da classe trabalhadora não se mexe!
“Trabalhadores do mundo, uni-vos.”
MARX, Karl**

Hotsite



Dia Nacional de Luta em Defesa dos Serviços Previdenciários
 02 de maio 2017 - [Artigo](#) - 019
 No próximo dia 03 de maio será realizado o Dia Nacional de Luta em Defesa dos serviços previdenciários, Serviço Social e Realização Profissional. O Serviço Social...

Assistente Social: Componha a Greve Geral!
 02 de maio 2017 - [Artigo](#) - 019
 Socialistas com toda a categoria e posicionamento do CRESSUP-Luta e AUSA, informamos que todos as atividades no Estado de São Paulo no próximo 03 de maio...

Câmara de deputados corruptos libera terceirizações e acaba com regulamentação do trabalho no Brasil
 02 de maio 2017 - [Artigo](#) - 019
 Assim, justificando em artigo publicado no jornal O Estado Sampaense, 15, o ministro Luis Roberto Barroso do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu um modelo 2...

Confira 10 pautas que devem movimentar o Congresso Nacional em 2017
 01 de fevereiro 2017 - [Artigo](#) - 019
 Autor: EBC - Agência Brasil. Cota: sistema das atividades do Congresso Nacional e apoio à escolha dos novos presidentes do Congresso dos Deputados e...

Especialistas rebatem defesa de Barroso de privatização da UERJ
 02 de fevereiro 2017 - [Artigo](#) - 019
 Assim, justificando em artigo publicado no jornal O Estado Sampaense, 15, o ministro Luis Roberto Barroso do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu um modelo 2...

Terceirização de atividade-fim é uma afronta ao trabalhador
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019
 Supremo decide nesta semana sobre a terceirização. Assuntos sociais, assim, terceirização de atividade-fim é uma afronta ao trabalhador. O Supremo Tribunal Federal (STF) decide nesta...

Nota em apoio ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019
 Nota em apoio ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O Conselho Regional de Serviço Social - P. Região SP, vem por meio desta nota...

Defensoria Pública do Estado de São Paulo que instituir política de voluntariado para ter "quadro mais robusto"
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019
 No início do mês, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo apresentou em sua 40ª Sessão Ordinária do Conselho Superior a proposta de instituir uma...

16 de agosto, dia de lutar!
 02 de agosto 2016 - [Artigo](#) - 019
 Dia 16 de agosto é dia de luta em São Paulo e em diversos estados brasileiros. O Dia Nacional de Luta. Organizado pelo Conselho Estadual, com o CPT, Sindicato, CPT, entre...

Presidente da CNI defende mudanças duras nas leis Previdenciárias e Trabalhadoras
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019
 Paulo Sérgio, em discurso às classes trabalhadoras não se misturar. Na última semana, quando acompanhado por mais um representante do direito de trabalhadores, apresentou a presidente...

Novas medidas vão antecipar o superávit fiscal
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019
 A Resolução de um voto sobre a despesa da União a partir de 2017, como geradora de governo Michel Temer, não com o que o governo...

Lider do governo Temer é alvo da Lava Jato, suspeito de tentativa de assassinato e réu em três ações no STF
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019
 Acusado por Michel Temer para fazer a sua base parlamentar na Câmara, o deputado Federal André Luiz de Faria (PPC-OD) é réu em três ações penais...

Serra concede passaporte diplomático a pastor da Assembleia de Deus
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019
 Pastor O. Samuel Carlos Ferreira pediu um documento para próximo mês, assim, Fernando afirmou que concessão do documento é de interesse do país. O texto...

Governo corta verbas de sete programas sociais
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019
 Votou de 2016, ações como Farmácia Popular e Cidades sem Fome foram cortadas. Uma lista com sete programas sociais, incluindo a Farmácia Popular e a Cidades sem Fome, foram cortadas. O texto...

Março é mês de lutar!
 02 de março 2017 - [Artigo](#) - 019
 Frente Conjunta. A próxima semana será de mobilizações e paralizações por todo país. Como parte das ações de agitação, o CPT Condições coletivas vai realizar...

CFESS divulga nota, em que analisa as graves ameaças que a PEC 287 pode trazer para a população
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019
 Por CFESS e Associação de Brancos e Brancas do Brasil (ABBB) em 2016/16, encaminhada à Câmara Federal para discussão, e a mais, agressiva proposta de combater...

Como a reforma da previdência afeta as mulheres?
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019
 Por Carolina Pinheiro - Especialista em Direito. Temor de que a reforma da previdência afete as mulheres, a presidente Dilma...

Avança no Senado projeto que permite terceirização irrestrita que destrói conquistas trabalhistas históricas
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019
 Projeto de lei aprovado na Câmara após reforma do sistema de proteção da classe trabalhadora. O Projeto de Lei Complementar 287/16, que regulamenta a terceirização sem limites e permite a contratação de...

PL 257/16 promove mais perdas para o trabalhador
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019
 Projeto de lei aprovado na Câmara após reforma do sistema de proteção da classe trabalhadora. O Projeto de Lei Complementar 287/16, que regulamenta a terceirização sem limites e permite a contratação de...

PEC do Teto de Gastos é Inconstitucional, afirma consultoria legislativa do Senado
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019
 Assim, justificando em artigo publicado no jornal O Estado Sampaense, 15, o ministro Luis Roberto Barroso do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu um modelo 2...

Vamos barrar a PEC 241? Assine a petição!
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019
 Sempre quando a PEC 241 é aprovada, ela é aprovada na Câmara dos Deputados. Assim, justificando em artigo publicado no jornal O Estado Sampaense, 15, o ministro Luis Roberto Barroso do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu um modelo 2...

PEC 241 agrava desigualdade social brasileira
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019
 Para Conselho de Assuntos Sociais, realizado em Brasília, Senado aprovou em dezembro de 2016, a PEC 241, que regulamenta a terceirização sem limites e permite a contratação de...

CFESS convida assistentes sociais para manifestações nos dias 22 e 29 de setembro
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019
 Com isso, mobilizações coletivas para quem está na luta em defesa dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras, contra todos os retrocessos impostos na legislação...

Governo Temer adota comitê de pureza racial
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019
 Comissão de acompanhamento de políticas raciais e do regime racista do Apartheid da África do Sul, o governo português de Michel Temer, alegando desconhecimento e...

Funcionários de Inca entram em greve contra redução salarial
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019
 Funcionários de Inca entram em greve contra redução salarial. Funcionários de Inca entram em greve contra redução salarial. Funcionários de Inca entram em greve contra redução salarial...

CFESS se reúne com relatores do PL do Piso Salarial
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019
 Sempre quando a PEC 241 é aprovada, ela é aprovada na Câmara dos Deputados. Assim, justificando em artigo publicado no jornal O Estado Sampaense, 15, o ministro Luis Roberto Barroso do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu um modelo 2...

Projeto proíbe que tempo gasto com benefícios seja computado como horário de trabalho
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019
 Projeto para analisar antes comissões de Trabalho e de Constituição e Justiça...

O que muda na Previdência e no Trabalho se Temer assumir
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019
 Assim, justificando em artigo publicado no jornal O Estado Sampaense, 15, o ministro Luis Roberto Barroso do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu um modelo 2...

Lei "Antiterrorismo": Mordaça nos movimentos sociais de trabalhadoras/es!
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019



Carta ao ministro da Educação
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019



Sistema universitário "de assistência social" é máquina de enxugar gelo
 Assim, justificando em artigo publicado no jornal O Estado Sampaense, 15, o ministro Luis Roberto Barroso do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu um modelo 2...

Terceirizar é precarizar a condição de trabalhadoras/es e dos serviços à população!
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019



Em Direitos da Classe Trabalhadora Não se Mexe
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019



Federação denuncia desmonte da previdência
 02 de novembro 2016 - [Artigo](#) - 019



Posicionamentos, Mídias e Imagens 2014



2014

Nota

NOTA SOBRE ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE ANALISTA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL/SERVIÇO SOCIAL CONTIDO NO PL 312/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

São Paulo, Setembro de 2014

O CRESS/SP - 9ª Região vem a público informar a manifestação elaborada com a categoria referente às atribuições do cargo de Analista de Assistência e Desenvolvimento Social/Serviço Social, contida no Projeto de Lei 312/2014 da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Os(As) Assistentes Sociais organizados no Município de São Paulo apresentaram ao Conselho a necessidade de aprofundar o debate e emitir opinião sobre as atribuições dispostas no projeto de lei. Em reunião do CRESS, a partir da Sub Comissão de Orientação e Fiscalização do Exercício Profissional, Sub-COFI São Paulo, no dia 02 de Julho discutiu-se o assunto em questão e foi organizado um Grupo de Trabalho – GT (composto por membros da diretoria e do Setor de Fiscalização do CRESS/SP e representantes de assistentes sociais da Prefeitura de São Paulo) para aprofundamento da matéria em questão.

O GT iniciou o estudo e análise dos pontos elencados no referido projeto de Lei referente às atribuições do cargo e, ainda, foi organizado o encontro com a categoria para reflexão crítica acerca da questão com o objetivo de fortalecer a organização dos profissionais. O encontro ocorreu no SINDSEP dia 24 de Julho de 2014, com a presença da Prof.^a Dra. Priscila Cardoso.

O documento finalizado, a partir das contribuições dos profissionais, foi enviado em 05 de Agosto de 2014 ao SINDISEP e Câmara Municipal de São Paulo e segue anexo nesta Nota Pública.

Em 22 de Agosto de 2014, o GT realizou reunião com o Assessor da Secretaria de Planejamento - SEMPLA Valter Hupsel, apresentando o documento com os apontamentos de maior problemática acerca das atribuições contidas no PL 312/014. Durante a reunião, ficou acordado que a Prefeitura de São Paulo oferecerá uma devolutiva sobre o assunto, a partir de negociações necessárias do assessor com os outros departamentos da Prefeitura de São Paulo.

No atual momento, aguarda-se resposta/retorno por parte da Prefeitura de São Paulo. É importante ressaltar que o Projeto de Lei 312/2014 é expressão de um processo de precarização das relações de trabalho com os servidores municipais, cabendo aos órgãos sindicais o debate e os encaminhamentos necessários ao enfrentamento e à defesa dos direitos trabalhistas. Ao CRESS/SP - 9ª Região, nesta situação, cabe o questionamento da matéria relacionada às atribuições, observando, sobretudo, a lei de regulamentação da profissão (8.662/1993), na defesa do exercício profissional baseado em valores ético-políticos que caminhem na perspectiva de toda construção histórica do Serviço Social Brasileiro na sua vinculação com os interesses da classe trabalhadora.



2014

Jornal Ação

ação

JORNAL DO CRESS-SP • ABR/MAI/JUN - 2014

75

cress-sp conselho regional de
serviço social de
são paulo
região

Dia do/a Assistente Social

Data marcou a cerimônia de
posse da nova gestão do
Cress-SP – Ampliações: Das
Lutas Coletivas à Emancipação



p.7 Balanço dos 50 anos do
golpe militar e depoimentos de
testemunhas desse período

p.9 Cobertura do I Encontro
Estadual Saúde Pública e
América Latina

ação

JORNAL DO CRESS-SP - JUL/AGO/SET - 2014

76

cress-sp conselho regional de
serviço social de
são paulo
piedade

Ética em movimento

*Direção do CRESS-SP e comissões
discutem questões recorrentes
da prática profissional*

**p.6 Militarização da vida
cotidiana e os seus efeitos**

**p.8 Movimentos por
moradia criminalizados
pela mídia e pelo Estado**

ação

JORNAL DO CRESS-SP • OUT/NOV/DEZ - 2014

77

"Das lutas coletivas à emancipação"
cress-sp
GESTÃO AMPLIAÇÕES

43º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS

Cerca de 300 representantes
da categoria de todo o País
se reuniram para definir cada
eixo de atividades



p.6 Balanço semestral das
atividades e o posicionamento
da gestão sobre vários temas

p.8 Panorama sobre
os movimentos sociais,
eleições e Copa do Mundo

Posicionamentos, Mídias e Imagens 2015



2015

Notas e Moções



CARTA DO CRESS/SP APOIANDO A LUTA CONTRA A PRECARIZAÇÃO DO ENSINO

O Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo – CRESS 9ª Região / SP, vem a público ratificar o seu compromisso com a defesa da qualidade na formação profissional, manifestando seu apoio à carta dos/as professores/as do curso de Serviço Social da Faculdade de Mauá – FAMA/UNIESP.

Com essa manifestação, o CRESS/SP reitera seu repúdio contra a precarização do ensino superior, que nas últimas décadas vem sendo sustentado exacerbadamente por um processo mercantil que coaduna à lógica do capital financeiro, expresso na formação de grandes monopólios educacionais no país.

As chamadas parcerias “público-privadas” denotam um processo de mercantilização das políticas e retrocessos de direitos sociais que causam impacto direto na condição de trabalho, na condição de vida e na oferta de serviços com qualidade, seja nos cursos superiores presenciais ou em à distância - EAD (expressão máxima de precarização e massificação do ensino).

Neste cenário, a política de educação brasileira vem apresentando programas que transferem à iniciativa privada a responsabilidade da educação superior. Programas como PROUNI e FIES fazem com que grandes grupos educacionais optem pela educação superior como possibilidade de lucro, pois, pagos por dinheiro público, o índice de inadimplência torna-se zero.

Logo, redução de salários de professores/as e diminuição de carga horária de trabalho, dissociação entre ensino/pesquisa/extensão, currículo mínimo, desresponsabilização com o componente de estágio supervisionado obrigatório e projeto de conclusão de curso são algumas das expressões desse cenário que vem tomando dimensão desenfreada no país, e, em especial, no estado de São Paulo que concentra um grande número de instituições de ensino privado em Serviço Social, e dispõe de apenas duas instituições públicas de graduação em Serviço Social.

r conselheiro nébias, 1.022 são paulo sp cep 01203-002 tel/fax (11) 3351-7500 www.cress-sp.org.br



Na luta pela preservação do que é de acúmulo do Serviço Social – sua produção teórico – crítica, seu posicionamento ético-político e sua possibilidade de transformação do real, juntamente com outras lutas coletivas, por uma outra sociabilidade, o CRESS/SP vem a público apoiar a luta dos/as professores e demais trabalhadores do ensino superior e reafirmar seu compromisso com a formação pública, laica e de qualidade.

Desde 2014 a gestão “Ampliações: Das Lutas Coletivas à Emancipação” vem buscando fortalecer a Comissão de Formação do CRESS – SP e, retomando os encontros do GT Estadual de Formação, com ABEPSS e ENESSO, busca consolidar as ações do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior. Neste sentido chamamos todos/as os/as profissionais a fortalecerem essa batalha e explicitarem suas indignações contra quaisquer obstáculos que venham infringir na organização legítima de professores/as e alunos/as.

**CLIQUE AQUI E LEIA O DOCUMENTO DO COLEGIADO
DE PROFESSORES DA FAMA NA ÍNTEGRA**

MOÇÃO DE APOIO À APROVAÇÃO DO PLC 06/13

Ao Presidente da Assembleia Legislativa
Aos Deputados Estaduais

As/os assistentes sociais presentes na Assembléia Geral do Conselho Regional de Serviço Social – Cress 9ª Região, fórum máximo de deliberação deste órgão no Estado de São Paulo reivindicam a aprovação do Projeto de Lei Complementar PLC 06/13 (cria cargos de assistentes sociais e psicólogos no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo) que garantirá a contratação de assistentes sociais e psicólogos, já concursados, no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Exigimos que este PLC seja aprovado, pois contribuirá para o andamento das ações judiciais nas Varas da Infância e Juventude e da Família e Sucessões. Em algumas Comarcas as famílias aguardam atendimento apenas em 2017.

Em todos os conflitos judiciais nestas Varas estão em questão os direitos humanos da criança e do adolescente.

O tempo da criança exige agilidade; seu sofrimento exige respostas. Cabe *somente* aos deputados da ALESP diminuir mais esta violência.

São Paulo, 04 de julho de 2015.

MOÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E CONTRA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

As/os Assistentes Sociais presentes na Assembléia do Conselho Regional de Serviço Social – Cress 9ª Região, órgão que representa mais de 32 mil profissionais no Estado de São Paulo, na defesa intransigente dos direitos Humanos reafirma a defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e repudia a atuação autoritária na Câmara dos Deputados no último dia 01 de julho de 2015. No dia anterior, o projeto de emenda constitucional 171, que propunha a redução da maioridade penal para alguns tipos de infração cometidos por adolescentes, foi rejeitado. Contudo, no dia seguinte, contrariando as normas vigentes, foi apresentado como projeto aglutinador de modo totalmente irregular frente ao regimento e foi proclamado a sua aprovação.

A defesa do encarceramento de crianças e adolescentes é incompatível com o projeto ético-político profissional do assistente social. Além disso, mascara as reais causas e agentes da violência.

Os direitos sociais previstos na Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente sequer são efetivados, mas as forças conservadoras distorcem a realidade, culpabilizando adolescentes como causadores de violência e injustiças.

Contra qualquer retirada de direitos! Em defesa do cumprimento do ECA!

São Paulo, 04 de julho de 2015.

NOTA DE REPÚDIO

Repúdio às chacinas de Osasco

A Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos – CAEDH, do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 9ª Região/SP, aos quinze de agosto de dois mil e quinze, vem a público declarar repúdio às chacinas ocorridas na região metropolitana de São Paulo/SP, nos municípios de Osasco, Barueri e Itapevi e a toda forma de criminalização da pobreza e da vida cotidiana. Por isso se manifesta contra a militarização da vida, da polícia e da política.

Assistimos na conjuntura social e política atual, em tempos de avanço do conservadorismo, direitos sociais e humanos dos/as trabalhadores/as sendo retirados, negligenciados e usurpados por meio de leis e ações que retrocedem a luta histórica pela emancipação da humanidade.

Nos últimos tempos com o aprofundamento da barbárie na sociedade tem alimentado os ataques de grupos contra a vida, por meio de chacinas à juventude negra e periférica, comprovadas pelos dados revelados no “Mapa de Mortes Matadas por Armas de Fogo de 2015”, que denunciam o número 42.416 mortes ao ano de jovens, em sua maioria negros e das regiões periféricas do Brasil.

A exemplo dos dados denunciados temos a situação das chacinas ocorridas na região metropolitana de São Paulo/SP, que nos remete à memória da chacina da Candelária, Eldorados dos Carajás e a Ditadura Militar.

Em defesa intransigente dos Direitos Humanos e da liberdade, por uma nova sociabilidade em que não exista exploração e dominação de raça/etnia, classe, gênero e orientação sexual, esta comissão declara seu repúdio aos genocídios promovidos diariamente contra a classe trabalhadora.

COMISSÃO AMPLIADA DE ÉTICA E DIREITOS HUMANOS – CAEDH
Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 9ª Região/SP

Nota de Apoio às Trabalhadoras e Trabalhadores do município de Americana

O FÓRUM ESTADUAL DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO - FETSuas-SP vem a público EXIGIR a imediata revogação de demissões anunciadas das trabalhadoras e trabalhadores concursados e em estágio probatório, “justificadas” como enquadramento do município de Americana na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Reconhecemos o momento de aguda crise a qual passa o nosso país, em todos os entes federados: com redução orçamentária drástica, aumento de taxas de juros e retração econômica. Com este cenário de restrições, compreendemos que a Gestão Pública necessitará se fortalecer ainda mais, com um quadro de profissionais que possam responder à altura as expectativas e necessidades da população, esta sim, a principal vítima das políticas econômicas dos últimos períodos e das políticas de omissão e redução regularmente realizadas pelos entes públicos. A própria LRF faz parte desta política que protege o grande capital em detrimento dos direitos sociais da população. E por isso mesmo, tornou-se objeto de deliberação de Conferência, que exige que as despesas da Assistência social não sejam limitadas pela LRF, por constituírem obrigações constitucionais da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, o que lhes confere natureza de despesa obrigatória. Portanto, EXIGIMOS que sejam REVOGADAS as demissões; que a gestão pública crie outras alternativas que não penalizem ainda mais as trabalhadoras e trabalhadores que acumulam perdas salariais, corte de benefícios e pagando um custo de vida desproporcional, e que por sua vez não venham a penalizar e prejudicar ainda mais os usuários da Assistência social.

O FETSuas-SP orienta todas as entidades participantes a se solidarizarem com o funcionalismo público do município de Americana oferecendo apoio prático, político e jurídico, com intervenções junto à Câmara Municipal e Ministério Público e onde mais couber.

NÃO ÀS DEMISSÕES!

O CRESS/SP subscreve essa carta.

CRESS SP ganha novo portal para defesa dos direitos humanos

10 de dezembro de 2015

O CRESS São Paulo ganha novo portal para defesa dos direitos humanos com ações e ferramentas para aproximar categoria e fortalecer voz contra violações.

No Dia Internacional em que se celebra as lutas sociais que conquistaram direitos humanos, o CRESS-SP reforça a importância e atualidade da apropriação dos instrumentos para defesa e debate sobre os direitos humanos entre os e as assistentes sociais. O lançamento do novo Portal faz parte da atuação do CRESS-SP em busca da concretização do projeto ético político. Confira abaixo a reportagem especial sobre o Dia Internacional dos Direitos Humanos e sobre a situação (crítica) dos direitos humanos no Brasil.

Como está previsto no Código de Ética de 1993, o Serviço Social é norteado pelos Direitos Humanos. O segundo princípio do Código estabelece o compromisso da categoria com a “Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”.

Um breve histórico sobre a constituição jurídica dos direitos humanos, em nível internacional, mostra que a reflexão sobre a necessidade de existir um consenso e comprometimento dos Estados para proteção dos direitos humanos foi acentuada após a vivência e registros dos horrores da 2ª Guerra Mundial causados pelo nazismo e fascismo, o que acabou dando origem à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Desde então, os direitos humanos são compreendidos como universais, integrais e interdependentes, ou seja, são direitos que se relacionam entre si e representam um arcabouço de garantias de humanidade que devem ser assegurados a todos os seres humanos para que se tenha uma vida digna.

No entanto, os direitos humanos encontram barreiras para se concretizar nos limites sociais e econômicos impostos pela lógica capitalista, a mesma lógica que retroalimenta a desigualdade social e opressões cotidianas.

Diante desse quadro, o CRESS-SP apresenta dados recentes para ilustrar a atualidade da necessidade de implementação dos direitos humanos no Brasil e mostrar como as violações aos direitos humanos atingem a grande maioria dos brasileiros – mulheres, homens, trabalhadores/as, estudantes, idosos/as, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, população LGBT, negra e em situação de rua, etc.

Repúdio à nota da Secretaria de Segurança Pública sobre o protesto dos estudantes secundaristas

17 de dezembro de 2015

O CRESS-SP subscreve o “Manifesto de repúdio à nota de da Secretaria de Segurança Pública sobre o protesto de estudantes secundaristas”, assinado por personalidades e entidades da sociedade civil e de Direitos Humanos.

Manifesto de repúdio à nota da Secretaria de Segurança Pública sobre o protesto dos estudantes secundaristas Diante do envio de uma Nota à Imprensa pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP), no dia 10 de dezembro de 2015, com o objetivo evidente de criminalizar, desmoralizar e intimidar os apoiadores e estudantes secundaristas do protesto organizado por esses, na noite do dia 09 de dezembro, as organizações, coletivos e pessoas que subscrevem esse manifesto vêm publicamente repudiar a Nota da SSP e denunciar a sistemática violação aos direitos humanos que tem sido cometida pela Polícia Militar de São Paulo contra os estudantes secundaristas e seus apoiadores nas últimas semanas.

É absolutamente inaceitável que no ano de 2015, 27 anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual veio para garantir a plena liberdade de expressão, direito à manifestação, direito de reunião e direitos políticos básicos, um órgão público do estado abuse de sua autoridade para intimidar e criminalizar manifestantes ao apontar em sua nota que manifestantes de “partidos políticos”, da APEOESP e com camiseta da “Juventude Comunista” seriam grupos com “clara motivação política e criminosa”.

Isso quer dizer que ter uma opção político-ideológica ou apoiar manifestações por um ensino de qualidade nas escolas publicas é crime. É essa a “Guerra” do governador, que segue na estratégia de desmoralizar para desorganizar o movimento secundarista? Vale lembrar que tal declaração vem em um contexto em que diversas ações violentas do aparato do Estado de São Paulo, amplamente noticiadas pela mídia, têm sido praticadas pela polícia contra os estudantes, com o único fim de desmobilizar sua organização.

Tal perseguição político-ideológica remete aos tempos da Ditadura civil-militar (1964-1985) e DEVE SER ABOLIDA de um sistema supostamente democrático.

Necessário esclarecer e tornar público que estamos diante de parte estratégica do plano de Guerra de Informações anunciada pelo Governo do PSDB, em áudio vazado de dentro da Secretaria de Educação, contra a luta dos estudantes, tratados como “inimigos” a serem desmoralizados, desmobilizados, abatidos. Durante o protesto do dia 09 de dezembro houve um total de 10 detidos e inúmeros feridos por socos, estilhaços de bomba da PM, spray de pimenta, cassetete, tendo inclusive o vídeo de um PM disferindo tiros de arma de fogo para o alto, causando pânico nas pessoas ao redor.

Nos boletins de ocorrência lavrados na noite do dia 09, constam apenas as acusações feitas pelos policiais militares. Os depoimentos das testemunhas e os interrogatórios dos detidos foram propositalmente ignorados nos BO's. As acusações são por supostos crimes de desobediência e desacato. A desobediência foi imputada a estudantes que corriam das bombas atiradas pela polícia e apoiadores que apenas estavam voltando para suas casas. A arbitrariedade é clara.

Não por acaso, as acusações por desobediência e desacato são típicas de regimes ditatoriais, em que a única prova é a palavra do policial que abusa de sua autoridade para intimidar e prender, mesmo quando há vídeos e testemunhas que comprovam não ter havido crime algum, como foi o caso dos 10 detidos na noite de ontem durante a manifestação. Pura intimidação policialesca contra um direito constitucional dos estudantes, o direito de lutar pelo direito à educação.

Retrospectiva CRESS-SP: nove fatos que marcaram o ano de 2015

29 de dezembro de 2015

O ano de 2015 será lembrado por duras lutas sociais com ataques aos direitos trabalhistas e inúmeras violações aos direitos humanos, além de aprovações de leis reacionárias por um dos congressos mais retrógrados da história da república brasileira.

Mas também foi um ano cheio de expectativas das lutas dos movimentos sociais, da classe trabalhadora e da juventude, que protagonizou vitórias para que seja possível dizer que existe a possibilidade de um 2016 cheio de conquistas sociais para os brasileiros.

O CRESS-SP elencou nove fatos que marcaram 2015, aproveitando para deixar a mensagem de esperança postada por Bia Abramides, que esteve presente com muita coragem nas principais lutas deste ano. “Que essas lutas que nos fortaleceram nos abram caminhos para continuar a batalha mais que necessária que se anuncia para 2016. Muita garra, unidade na luta classista e autônoma é o desejo a tod@s nesse final de ano e que venha 2016, Beijos”, escreveu Abramides.

1. Pedido de Impeachment

Desde 2013, a política nacional parece estar em uma época distinta. Após as marcantes passeatas de junho de 2013, novas forças políticas entraram em cena, seja pelo lado dos trabalhadores ou por novos grupos ultra-reacionários que chegaram a pedir a volta do regime militar e a morte política e física de “esquerdistas”.



O resultado das lutas se desdobrou em um fortalecimento de setores conservadores do congresso que encaminharam um pedido de impeachment contra Dilma Rousseff, cujo partido está desgastado após anos de denúncias éticas e poucas mudanças na amplificação de direitos para a população.

Nas disputas, Eduardo Cunha — envolvido em uma série de escândalos e chantagens — surgiu como líder da oposição, com a complicação de uma crise econômica que podem fazer o cenário político do país mudar bruscamente no próximo ano.

2. Ocupações de escolas derrubam planos (e popularidade) de Alckmin

Os jovens e adolescentes das escolas secundaristas públicas de São Paulo deram uma verdadeira aula de participação política em 2015. A “reorganização escolar” — que previa o fechamento de cerca de cem escolas — proposta pelo governador Geraldo Alckmin encontrou ampla resistência por parte da população após as ocupações de escolas e uma ampla luta, mesmo com a

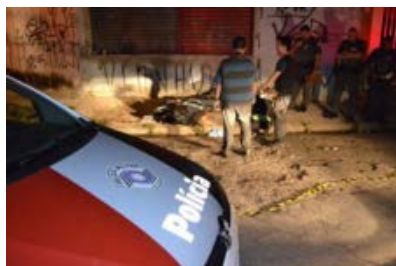


intimidação e a forte repressão promovida pela Polícia Militar. A popularidade do governador chegou a cair 30% no período.

Já no começo de 2016, o “Comitê de Mães e Pais de Alunos” entrará com um pedido na Comissão Interamericana de Direitos Humanos por conta das amplas violações à liberdade de expressão e aos direitos humanos promovidas durante os movimentos reivindicatórios. O CRESS-SP foi signatário de moção de repúdio à declaração da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo que criminalizava a simples opinião ou participação política.

3. Chacina em Osasco

A 6ª chacina registrada em São Paulo em 2015 vitimou 19 pessoas em Osasco e Barueri, chocando a população. Policiais Militares foram denunciados em mais um possível ataque promovido por agentes de Estado contra indivíduos inocentes. O caso ainda foi marcado por violações judiciais e disputas entre as polícias civil e militar.



4. Lançamento do novo portal do CRESS-SP

O dia internacional dos direitos humanos de 2015 teve um gosto especial para o CRESS-SP. O lançamento do novo portal do Conselho marcou a celebração do dia, com tecnologias avançadas cujo objetivo é aproximar o Conselho dos profissionais de serviço social e incidir nos debates da sociedade civil.



5. Tragédia em Mariana (MG)

A tragédia que ocorreu em Mariana (MG) em 2015 foi um exemplo claro da pouca importância dada pelas empresas que atuam no Brasil sobre questões ecológicas e humanas. Após o rompimento da barragem em Bento Rodrigues, a lama tóxica destruiu a vida de milhares de pessoas, deixando pelo menos seis vítimas e 21 desaparecidos.



De acordo com o jornal O Dia, as famílias que tiveram parentes mortos ou desaparecidos receberão R\$ 100 mil, enquanto quem foi atingido receberá indenização de R\$20 mil, que ainda poderá ser descontada de uma indenização futura.

A lama dos rejeitos da mineradora Samarco — cujos donos são a Vale e a anglo-australiana BHP Billiton — já chegou ao norte do Espírito Santo, e as suas consequências ambientais ainda não foram calculadas.

O 5º Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social produziu carta de repúdio ao desastre. O “Manifesto de BH”, expôs a drástica situação do desastre ambiental de Mariana-MG. O trecho final do Manifesto deixou expressa a luta dos assistentes sociais em defesa do patrimônio nacional e das vidas perdidas em nome do lucro.

“Repudiamos que os interesses do grande capital prevaleçam sob a vida das pessoas atingidas por este crime. Repudiamos as mortes de trabalhadores e trabalhadoras de Bento Rodrigues. Repudiamos a morte do Rio Doce. Exigimos punição aos

culpados e a imediata responsabilização do Estado e da mineradora Samarco/Vale”, denunciou o Manifesto.

6. Atentados em Paris

Os terroristas do Estado Islâmico que atacaram Paris, atingindo principalmente o bar Bataclan justificaram sua violência pelo envolvimento francês na coalizão que atinge o Oriente Médio. No entanto, a França não é o principal país da coalizão Ocidental que ataca a Síria, o que permite pensar-mos em uma questão mais profunda.

Os ataques vitimaram principalmente a juventude liberal, tirando a vida de vários estrangeiros e migrantes, inclusive de origem árabe. Ou seja, não foi um ataque à alta corte ou aos poderosos franceses, mas à classe trabalhadora e à juventude progressista.

O estado de exceção promovido pelo governo François Hollande após os ataques permitiram uma série de abusos e batidas policiais injustificadas, como reportou matéria do NY Times UM Estado de Terror.

A consequência dos conflitos poderá alterar o mapa geopolítico do Oriente Médio, influenciando outros países para além da região. No Brasil, já existe uma proposta de lei antiterrorista que ataca fortemente as liberdades de expressão e manifestação, em mais um golpe que atinge a democracia brasileira.



7. Passeata de mulheres contra o Cunha

No dia 12 de novembro, uma enorme manifestação de mulheres contra Projeto de Lei de Eduardo Cunha tomou a Avenida Paulista. Acusado por diversos escândalos de corrupção, Cunha é autor de projeto de lei que dificulta o atendimento a vítimas de abuso sexual.

A passeata mostrou o protagonismo das mulheres nas políticas nacionais em um momento em que Cunha ainda tinha amplo respaldo da mídia e de setores de oposição ao governo.



8. I Conferência Livre de Assistência Social de Âmbito Estadual

A I Conferência Livre de Assistência Social de Âmbito Estadual uniu centenas de pessoas em uma experiência inédita de auto-organização no serviço social. Foi dado um primeiro passo vitorioso “visando uma atuação sem protocolos e sem burocracia”, como destacaram os organizadores do evento.

O Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS (FET SUAS) contribuiu com a organização do evento, juntamente com o Fórum Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo (FAS).

No encontro, houve grupos de trabalhos dividido por segmentos: gestores, poder público, usuários, trabalhadores e entidades, bem como discussão de temas para contribuir com avaliação, monitoramento e proposta de ação para o desenvolvimento da política pública e social. Vários assuntos foram citados, como educação permanente para os trabalhadores, condição de trabalho, a questão dos recursos



humanos, o orçamento e financiamento de política pública e a qualidade dos serviços dos estados.

Ainda foram aprofundados outros assuntos com o objetivo de sair da conferência com um documento registrando este novo processo de organização dos trabalhadores e usuários que estavam no encontro da conferência livre.

9. Portal da Transparência do CRESS-SP

O lançamento do Portal da Transparência do CRESS-SP tem a intenção de permitir ao cidadão o acesso transparente e integral a informações diversas sobre a autarquia federal.

A ferramenta, lançada em outubro de 2015, atende à Lei nº 12.527/2011, conhecida como “Lei de Acesso à Informação”, que normatiza os artigos 5º e 37º da Constituição Federal ao estabelecer que todas as informações disponíveis em qualquer entidade pública sejam disponibilizadas na internet, com exceção apenas de documentos oficialmente declarados como sigilosos.





2015

Clipping

Relatórios sobre jovens internados podem ser diferentes, diz Fundação Casa



Fabio Braga/Folhapress

Entrada de unidade de internação de jovens infratores da Fundação Casa, na Vila Maria, zona norte

REYNALDO TUROLLO JR.
DE SÃO PAULO

22/07/2015 @ 02h00

Compartilhar 127 OUVIR O TEXTO Mais opções

A Fundação Casa, vinculada ao governo Geraldo Alckmin (PSDB), afirmou em nota que os [relatórios psicossociais de avaliação dos internos](#) são produzidos por profissionais capacitados que respondem aos conselhos de classe a que pertencem.

"Como levam em consideração os vários momentos vividos pelo adolescente desde a apreensão e são produzidos por várias equipes, podem ser diferentes", diz a nota. "Todos, no entanto, são apresentados ao Ministério Público, à Defensoria e ao Poder Judiciário, aos quais cabe a decisão sobre a continuidade ou não da internação."

A fundação afirmou ainda que foi citada em um relatório do Conselho Nacional do Ministério Público como referência nacional entre as instituições que aplicam medidas socioeducativas e que o índice de egressos que retornam à fundação caiu de 29%, em 2006, para 15% em 2015.

Nenhum órgão, porém, dispõe de um acompanhamento dos egressos que já completaram 18 anos. Não há um levantamento de quantos voltam ao crime e vão presos.

Os conselhos regionais de psicologia e de serviço social de São Paulo informaram que não existem normas para a elaboração de relatórios dentro da fundação. Mas destacaram que seus profissionais devem seguir o Código de Ética.

Ambos os conselhos informaram que têm realizado reuniões com os servidores da fundação para melhorar as condições de trabalho internamente, pois há queixas.

"Temos feito [desde 2014] encontros com os psicólogos da Fundação Casa buscando qualificar seu trabalho. Nosso objetivo é identificar as condições, que têm sido aviltantes na fundação, e pensar as implicações dessas condições para o trabalho do psicólogo", disse a presidente do Conselho Regional de Psicologia, Elisa Zaneratto Rosa.

Questionada, ela preferiu não detalhar quais são os problemas, até que as reuniões se encerrem e seja produzido um documento conclusivo. E completou: "Não temos, até o momento, nenhum conjunto de dados que possa indicar problemas nos relatórios feitos na Fundação Casa".

Aparecida Mineiro, diretora do Conselho Regional de Serviço Social, afirmou que alguns assistentes sociais se queixam ao órgão de pressão para antecipar a saída dos jovens, mas que as denúncias não foram comprovadas. "Estamos desenvolvendo ações preventivas e fiscalizatórias para orientar esses profissionais. A maioria procura fazer um trabalho digno." ★ ★ ★



2015

YouTube



Publicado em 19 de nov de 2015

O assistente social, professor universitário e diretor do CRESS-SP, Júlio César, concedeu entrevista ao canal do Conselho para falar do Dia da Consciência Negra.

Júlio faz uma análise histórica das desigualdades sociais e raciais que foram o modelo do desenvolvimento econômico do país, convocando os Assistentes Sociais para atuar em favor dos Direitos Humanos. “Nós não podemos neste dia 20 de novembro, sair às ruas por sair, nós temos que sair entendendo que é um dia de luta e resistência de um processo histórico da formação social brasileira”, disse.



Publicado em 11 de dez de 2015

Neste vídeo preparado por conta das lutas pelos direitos humanos, celebrado no dia 10 de dezembro, o CRESS-SP traz a entrevista com Francilene Fernandes.

Ativista do movimento Mães de Maio, assistente social do CREAS, mestre em Serviço Social e professora universitária, Fran, como é conhecida, falou sobre o que de fato são os direitos humanos, trazendo a contextualização sobre o tema.

A mestre também falou sobre a atuação do assistente social relacionada aos direitos humanos e sobre a necessidade da defesa dos direitos por quem faz o Serviço Social.



2015

Jornal Ação

ação

JORNAL DO CRESS-SP • JAN/FEV/MAR - 2015

78

"Das lutas coletivas à emancipação"
cress-sp
GESTÃO AMPLIAÇÕES



Crise hídrica

Impactos na defesa intransigente
dos direitos humanos

p.6 Novo Núcleo trata de assuntos relacionados a atuação dos/as assistentes sociais no campo sociojurídico

p.8 Conheça o importante trabalho realizado pela Comissão de Inscrição e Inadimplência do Cress-SP

ação

JORNAL DO CRESS-SP • ABR/MAI/JUN - 2015

#79

"Das lutas coletivas à emancipação"
cress-sp
GESTÃO AMPLIAÇÕES



Profissional de luta:

Assistentes sociais comemoram o 15 de maio

p.6 Defesa de direitos

p.8 Trabalho da Comissão de Orientação e Fiscalização aproxima Conselho da categoria profissional

ação

JORNAL DO CRESS-SP • JUL/AGO/SET - 2015

#80

"Das lutas coletivas à emancipação"
cress-sp
GESTÃO AMPLIAÇÕES
2014-2017



25 anos do ECA

Apesar dos esforços, Estatuto da Criança e do Adolescente ainda precisa de muitas ações para que seus objetivos sejam alcançados. Pg. 3



p.6 Atuação dos/as profissionais do serviço social na educação

p.10 Assembleia Geral do CRESS-SP acontece em outubro

ação

81

JORNAL DO CRESS-SP - OUT/NOV/DEZ - 2015

WWW.CRESS-SP.ORG.BR
FACEBOOK.COM/CRESS.SAOPAULO (11) 3351-7500

"Das lutas coletivas à emancipação"
cress-sp
GESTÃO AMPLIAÇÕES
2014-2017



LUTA PELOS DIREITOS

Em assembleia, Conselho reforça a necessidade de união de esforços contra o avanço do neoconservadorismo e na luta pelos direitos da classe trabalhadora Pg. 3



Visite o
novo portal
do CRESS-SP

p.6 Atuação e desafios
profissionais na área
de assistência social

p.10 CRESS-SP declara
apoio ao professor
Mauro Iasi

Posicionamentos, Mídias e Imagens 2016



2016

Notas e Moções

Em 13 de julho de 1990, a classe trabalhadora junto aos movimentos sociais combativos de esquerda constrói o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), que rompe com a visão minorista, adultocêntrica e conservadora para a infância e juventude, demarcando o posicionamento de sujeitos de direitos, em fase peculiar de desenvolvimento.

É neste tempo de avanço da ofensiva neoliberal, através de grupos conservadores, que as contradições capital trabalho se manifestam na dimensão social da vida, impulsionando crianças e adolescentes à situação de violência física, psicológica, doméstica e sexual.

De acordo com o Mapa da Violência de 2012, crianças, adolescentes e jovens são a 2ª maior população e, dos 75.709 vítimas de mortes com idades de 01 à 19 anos de idade, 20.048 são por causas externas, 1.244 ocasionadas por outras violências, 8.868 por homicídios, 709 por suicídios, 3.953 por acidentes e 5.496 em acidentes no transporte.

No Estado de São Paulo, de 2010 até junho de 2016, 191 crianças e adolescentes até 16 anos foram assassinadas, os casos mais recentes na capital paulista envolvem os garotos Ítalo Ferreira de Jesus Siqueira (10 anos) e Waldik Gabriel Silva Chagas (11 anos).

Esses contextos expressam a necessidade de fortalecimento de medidas de proteção, prevenção e controle social, porque são eles/elas as maiores vítimas do sistema capitalista de relações desiguais.

Neste sentido, a categoria de Assistentes Sociais, reunida no 44º Encontro Descentralizado da Região Sudeste, entre os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS SP, RJ, MG e ES), vem a público manifestar seu posicionamento contra:

- O encarceramento em massa, extermínio e criminalização da infância, adolescente e juventude negra, pobre e periférica;
- Inquirição de crianças e adolescentes que desconsideram a medida protetiva;
- Exploração doméstica, sexual e de toda forma de trabalho infantil;
- Falta de acesso às políticas sociais, de saúde, transporte educação, assistência social etc.

Posicionamo-nos na defesa intransigente dos direitos humanos, denunciando as desigualdades e as diferentes formas de exploração e opressão vivenciadas cotidianamente pela população, e manifestamos apoio às ações e as propostas que visam:

- Defender e fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos, junto aos movimentos sociais combativos de esquerda, na perspectiva de uma nova ordem societária.
- Garantir medidas metodológicas educativas que possibilite a convivência social, familiar e comunitária, que visem medidas protetivas.

- Fortalecer ações que defendam os direitos humanos, a partir das conquistas dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Neste sentido, convocamos a sociedade a se manter com o posicionamento firme da garantia de condições plenas para que a infância e juventude possam desenvolver-se na sua condição plena e peculiar de sujeito de direitos.

“Das lutas coletivas à emancipação”

GESTÃO AMPLIAÇÕES

2014-2017

Nota do CRESS-SP em repúdio à Cultura do Estupro

São Paulo, maio de 2016

Frente aos últimos acontecimentos envolvendo situações de estupro coletivo, o Conselho Regional de Serviço Social 9ª Região/SP vem a público manifestar solidariedade à adolescente, e a todas as mulheres que já sofreram estupro ou qualquer outra forma de violência.

Apesar de tratar-se de uma situação específica, que comoveu redes sociais e manifestações de apoio e solidariedade por todo o país, sabemos que as inúmeras violências contra as mulheres são históricas e, por vezes, banalizadas pela cultura do machismo e patriarcado consolidadas nesta sociedade em seu processo histórico, social, cultural, econômico e político.

A prática do estupro marca a sociedade brasileira desde a invasão liderada pelos colonizadores europeus que aqui invadiram, assassinaram e estupraram as mulheres, homens, idosos e crianças indígenas. Resguardando as particularidades, também se reproduziu com as mulheres negras escravizadas.

Apesar de reconhecermos os avanços legislativos alcançados nos últimos tempos em relação a nós, mulheres, como foi o caso da Lei Maria da Penha, ainda não foi possível romper com as práticas de violência que circunscrevem o universo feminino, principalmente a sexual.

Por vezes, essas práticas ocorrem de forma velada, a tal ponto que as próprias mulheres vítimas de violência sexual praticada por namorados, esposos, pais, padrastos, tios, vizinhos, entre outros, não encontram apoio. Contraditoriamente, a culpa é constantemente imputada às mulheres. Medo, vergonha e ausência de apoio transforma o estupro, como relatou a adolescente, “numa dor que dói na alma”. Não existem remédios para as dores que atingem o corpo e marcam a subjetividade.

Porém, existem possibilidades de conviver com elas, transformá-las em ações que produzam movimentos para que outras mulheres não venham a passar por isso. Todas as mulheres estão expostas à situações como essas, uma vez que a cultura do estupro está presente na sociedade. Portanto, o estupro coletivo não diz respeito só a uma mulher, mas a todas nós que, diariamente, passamos por situações que nos expõem ao medo, ao abuso e ao tratamento como objeto, como coisa.

O Estado e a Sociedade, para além das mulheres, precisa se organizar politicamente para construir meios de enfrentamento a essa sociabilidade cuja mediação reproduz a coisificação e ao mesmo tempo o estranhamento que nos retira a humanidade e nos transforma num objeto para ser usado como se fossemos uma mercadoria.

Nós assistentes sociais registramos todo nosso repúdio à prática do estupro coletivo, e a toda e qualquer forma de violência contra meninas, adolescentes e mulheres. Lutamos por uma sociabilidade que garanta a equidade entre homens e mulheres, suprimindo toda desigualdade, subalternidade e opressão binária, sexista, machista, lesbofóbica e transfóbica.

NOTA DO CRESS/SP SOBRE O DIA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

São Paulo, maio de 2016.

O Conselho Regional de Serviço Social – CRESS São Paulo 9 Região, vem por meio desta moção chamar a reflexão de toda a sociedade e categoria profissional acerca da violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Sabe-se que dentro de um processo histórico da sociedade brasileira, crianças e adolescentes negras e indígenas foram violentadas sexualmente pelos senhores do engenho. Já, na sociedade moderna capitalista que trata a infância como objeto de vigilância e judicialização, criminalização, tortura, minoria, mercadoria e violência, especialmente quando se tratam de crianças negras, filhos/as dos/as trabalhadores da periferia, com um acesso educacional precarizado e perverso, reproduzindo a ação e omissão do estado em ações de criminalização e desresponsabilização com os direitos sociais e humanos desta população a violência e a exploração sexual se configuram como uma das expressões mais perversas da questão social, que reproduz um modelo adultocêntrico e omisso na preservação da integridade física, social e moral de crianças e adolescentes.

A violência é intrínseca a sociedade capitalista e, com o avanço neoliberal, com a mercantilização e acesso as novas tecnologias que viabilizam o contato precoce a conteúdos via internet, a violência a sexual contra crianças e adolescentes significa a exposição destes em atividades sexuais com um adulto, em que haja uma diferença de idade, de tamanho ou de poder, usando a criança como objeto sexual para gratificação das necessidades ou dos desejos do adulto, sendo incapaz de consentimento, uma vez que se trata de sujeitos de direitos em fase peculiar de desenvolvimento físico, psicológico e humano.

Após 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, que apresenta a responsabilidade de todos em zelar pela vida, saúde e a inviolabilidade da integridade física e mental de crianças e adolescentes, os dados colhidos pelo Mapa da Violência em 2012 ainda apresenta números expressivos de notificações. Ainda, foram registradas no Disque 100 Secretaria Nacional de Direitos Humanos em 2015 cerca de 24.575 denúncias de violência contra crianças e adolescentes, quadro que expressa a necessidade de ações efetivas do Estado para a ruptura do pacto do silêncio e a necessidade de políticas efetivas de promoção, defesa e controle para o sistema de garantia dos direitos humanos da infância brasileira.

Por este motivo, a Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos do CRESS/SP, neste **18 de Maio**, convoca a categoria dos/as assistentes sociais de São Paulo, a manter o posicionamento contrário a violência e a toda e qualquer forma de opressão a crianças e adolescentes: a inquirição, o constrangimento, a exposição em situações vexatórias, ao Estatuto do Nascituro, ao Bolsa Estupro, ao acolhimento compulsório e todos os tipos de violação do direitos, assumindo:

- Posicionamento contrário a todas as formas de exploração e discriminação de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, idade;
- Posicionamento contrário à violência e exploração sexual, violência doméstica, contra crianças e adolescentes e a todo tipo de violência no contexto escolar;
- Posicionamento contrário à internação e ao acolhimento involuntário e compulsório/involuntário, reforçando a luta em defesa dos direitos humanos;
- Manifestar-se, sempre que necessário, contra a violação de direitos humanos em âmbito nacional e internacional;

E convoca, a luta e o fortalecimento dos Fóruns Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, a mobilização, articulação de ações de ampla divulgação e sensibilização da sociedade a reflexão do tema, na perspectiva ética de:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física.

Comissão Ampliada de Ética e Direito Humanos – CAEDH
CRESS/SP – Gestão Ampliações: Das Lutas Coletivas à Emancipação

NOTA DA COMISSÃO AMPLIADA DE ÉTICA E DIREITOS HUMANOS DO CRESS-SP EM APOIO AS LUTAS LGBT

São Paulo, 25 de Maio de 2016

“(…) Isso de querer ser exatamente aquilo que a gente é ainda vai nos levar além”
(Paulo Leminsk)

A Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos do CRESS 9^a Região – São Paulo, vem por meio desta manifestar apoio a luta por direitos a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Mulheres Transexuais e Homens Trans - LGBT.

Considerando o processo histórico brasileiro, se interseccionam o capitalismo, racismo, machismo, sexismo e a heteronormatividade, que produzem diversas formas de desigualdades e violações de direitos, por vezes, vulnerabilizando a população LGBT.

A moral conservadora e o irracionalismo se manifestam no cotidiano, pelo desrespeito, intolerância, discurso de ódio, ataques físicos e chega ao extremo do extermínio de LGBT, sendo o Brasil o país campeão do mundo em assassinatos dessa população.

Em 2012, no estado de São Paulo, foram registradas 409 denúncias, 817 violações e 41 homicídios notificados, de LGBT. Em nível nacional de acordo com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos entre os anos de 2011 á 2014 foram registradas o numero de 7.600, denúncias através do disque 100, dados estes que expressam a problemática da LGBTfobia.

Dentro de um processo histórico das lutas da classe trabalhadora o movimento LGBT, vem construindo processos de organização política pelo acesso aos direitos sociais, civis, políticos e humanos, uma pauta fundamental de luta pela a lei que criminalize a LGBTfobia.

As garantias de direitos conquistados nos últimos anos, pela população LGBT, que nem sequer alcançaram plena efetividade, estão explicitamente ameaçados no atual cenário político brasileiro.

O conjunto CFESS/CRESS possui importantes instrumentos como a Resolução 489/2006 que veda condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual na atuação do Serviço Social e a Resolução 615/2011 dispõe sobre a inclusão e uso do nome social nos documentos de identidade profissional de assistentes sociais.

Neste sentido, nos posicionamos:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

- Crítica à sociabilidade do capital e sua apropriação mercantil em todas as dimensões da vida social, em particular as demandas advindas do reconhecimento da diversidade humana.
- Valorização da diversidade humana, com reconhecimento da livre orientação sexual e da livre identidade de gênero no âmbito de todas as políticas sociais;
- Defesa da autonomia dos movimentos sociais;
- Articulação permanente com o movimento LGBT e com outros sujeitos coletivos, para aprovação das diretrizes contidas na versão original do PLC 122/2006, que propõe à sociedade a criminalização da homofobia;
- Reforço das lutas, no âmbito do Legislativo e do Judiciário, em defesa da liberdade de orientação sexual e da livre identidade de gênero, assegurando à população LGBT os direitos de adoção, constituição de família, direitos sucessórios, dentre outros;
- Continuidade ao debate acerca do uso do nome social nos espaços públicos e privados (conforme Carta de direito dos/ as usuários/as do SUS, Resolução CNCD/LGBT nº 12/2015 e Resolução CNCD/ LGBT nº 11/2014) e no acesso às políticas públicas para a população LGBT;
- Continuidade da discussão e publicização do Plano Nacional Cidadania e Direitos Humanos LGBT e do Plano Nacional de Saúde da População LGBT nos espaços de debate do Conjunto CFESS-CRESS e apoio à discussão em outros espaços públicos;
- Apoio às lutas em torno do respeito à identidade trans, à despatologização da transexualidade, à retirada da transexualidade dos catálogos internacionais de doenças e à garantia da permanência do processo transexualizador pelo SUS.

Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos – CRESS/SP

18 de junho de 2016 Assembleia Geral Ordinária

Moções aprovadas:

- Moção de Repúdio à negligência das prefeituras municipais no estado de São Paulo
- Moção de Repudio contra a imposição do simulado ENADE 2016 (kroton-anhanguera-sbc)_cress-sp
- Moção de Repúdio contra Lgbtfobia
- Moção contra a PEC do novo regime fiscal – PEC 241.2016_cress-sp
- Moção aos conselhos regionais de serviço social

Conselho elabora nota em apoio à votação da PEC 04/2014 na Assembleia Legislativa de São Paulo

2 de agosto de 2016

O CRESS-SP tendo como principal compromisso a orientação e fiscalização da categoria, em busca constante da valorização e do respeito ao cumprimento às normativas profissionais nos espaços de atuação dos Assistentes Sociais, vem em nota manifestar seu apoio à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição- PEC 04/2014 – em defesa da Política de Assistência Social no Estado de São Paulo, que caminhe alinhada ao texto da Constituição Federal de 1988, como direito componente da Seguridade Social, sendo superada a perspectiva compensatória e emergencial de Promoção Social prevista atualmente na Constituição do Estado de São Paulo.

Ressaltamos a importância na consolidação do SUAS no Estado de São Paulo em conformidade com nota publicada pelo Fórum Estadual de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de São Paulo (FETSuas SP), destacando os desdobramentos necessários para a atualização dos dispositivos de lei em vigor:

- A retomada da votação para aprovação da PEC 04/2014, conforme texto aprovado em primeiro turno e conforme deliberado pela X Conferência Estadual de Assistência Social, de 2015;
- Realização de audiências públicas permanentes sobre a PEC 04/2014, Lei do SUAS, Plano Decenal e demais temas para a defesa da Assistência Social por parte dos poderes públicos e a sociedade civil, visando a valorização de seus trabalhadores, usuários e os objetivos da Política Nacional de Assistência Social.

CARTA DE POSICIONAMENTO DA DIREÇÃO ESTADUAL E DA DIREÇÃO SECCIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS DO CRESS/SP EM RELAÇÃO AO DESMONTE DO SUAS

19 de agosto de 2016

A implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) desde 2004, quando aprovada pela Resolução n. 145 de 15 de outubro de 2004 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), foi fruto de lutas travadas ao longo de vinte anos desde a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993.

A Política Nacional de Assistência Social, deliberada na IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003, aponta a perspectiva de concretização dos princípios e diretrizes da LOAS à qual se constitui na objetivação da assistência social como política pública inscrita no tripé da Seguridade Social, ou seja, como política de proteção social, entendida como formas “institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações” (DI GIOVANNI, 1998, p. 10).

Conforme a PNAS (2004, p. 31) a política de assistência visa garantir proteções por meio de seguranças, tais como: segurança de sobrevivência (de rendimento e autonomia); de acolhida (provisão de necessidades humanas objetivas e subjetivas) e de convívio ou vivência familiar.

Nessa direção, ao longo dos últimos dez anos muito se conquistou em todo o Brasil: mais de 10.000 unidades de atendimentos foram implantadas, seja na perspectiva preventiva nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); seja para aqueles que tiveram seus direitos violados nos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS) ou aqueles voltados à População em Situação de Rua (Centro Pop).

Nesse novo tempo, muitos direitos foram efetivados para indivíduos, grupos e famílias, antes invisíveis à política, lembremos os quilombolas, indígenas, idosos, entre outros.

Além disso, cerca de 18 mil entidades e organizações de assistência social integram essa rede. Anualmente, mais de 1,9 milhão de famílias são acompanhadas, assistidas e apoiadas pelas equipes de referência de proteção social dos serviços socioassistenciais. Quanto aos benefícios e transferência de renda, hoje são 4,2 milhões de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC e 13,9 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Há também milhares de famílias que recebem benefícios eventuais para suprir 2 necessidades imediatas e urgentes. Com relação aos profissionais que atuam nessa política, atualmente, o SUAS conta com cerca de 600 mil trabalhadores em todo o território nacional.

Os avanços também se deram no campo da gestão da política com a implementação do sistema de mapeamento e avaliação e com a definição de indicadores de qualidade para os serviços prestados.

O SUAS se consolidou nesse “novo” tempo, e sabe-se que muito há ainda por fazer. Contudo, o Sistema encontra-se em risco, diante das medidas antidemocrá-

ticas às quais vem sendo tomadas pelo “governo” atual, as quais representam o seu desmonte.

Nós, assistentes sociais, trabalhadores na região metropolitana do Vale do Paraíba, manifestamos nosso compromisso e defesa do SUAS como política de direitos e repudiamos:

- A redução e descontinuidade dos serviços e benefícios socioassistenciais;
- A redução e descontinuidade do cofinanciamento a serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- O retrocesso na profissionalização e na política de valorização dos trabalhadores do SUAS, que afetem a implementação da NOB-RH/SUAS, da Política Nacional de Educação Permanente e a manutenção da Mesa Nacional da Gestão do Trabalho do SUAS, instância paritária de negociação entre gestores e trabalhadores do SUAS;
- O retrocesso na estruturação da gestão do SUAS no órgão gestor federal, responsável por realizar a coordenação nacional da Política e o desmonte do Ministério do Desenvolvimento Social;
- O desmonte dos equipamentos e equipes de referência que operam os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como o Cadastro Único, cuja operação por essas equipes já está instituída e vem garantindo o atendimento e acompanhamento qualificado das famílias;
- O descumprimento das normativas e pactuações do e o desrespeito gritante às instâncias deliberativas da política de assistência social;
- A moralização da pobreza, por meio do discurso oficial do governo da necessidade de “fiscalizar” os programas e benefícios de transferência de renda - que retiram da linha da miséria milhares de brasileiros - colocando os mesmos como benesses dos quais os usuários precisam ser “merecedores”, e não como os direitos constitucionais que realmente são;
- A aprovação da PEC 241, que congela os gastos públicos por 20 anos e abre as portas para o sucateamento das políticas públicas, em especial as da Seguridade Social e Educação;
- Qualquer tentativa de retrocesso no modelo de avaliação de deficiência biopsico-social, pautado na CIF, atualmente utilizado no processo de reconhecimento de direito do BPC da Pessoa com Deficiência;
- Qualquer tentativa de eliminar a indexação do BPC ao valor do salário mínimo;
- A ameaça de extinção do SUAS, colocando em risco a prestação dos serviços socioassistenciais que atendem situações de vulnerabilidade e risco social, violência doméstica e violações de direitos humanos

Em direitos não se mexe! Nenhum direito a menos! Não passarão!

Direção Estadual do CRESS- 9ª Região/SP
Das lutas coletivas à emancipação

Seccional São José dos Campos - CRESS - 9ª Região/SP
Gestão Paz com Voz

NOTA DE APOIO AS/AOS SERVIDORAS/ES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 18 de Agosto de 2016

O Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo – CRESS-9ª Região, ao tomar conhecimento do processo de lutas que vem sendo travado durante uma década para a conquista e manutenção dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores que compõe quadro funcional que atuam diretamente nas frentes de atendimento a população que procuram pelos serviços da Defensoria Pública, sem, contudo, ter os seus espaços de manifestação respeitados, vem a público prestar o seu apoio ao movimento de mobilização e a Nota de Apoio à paralisação das/os Servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – ASDPESP.

O CRESS-SP entende conforme explicita em seu manifesto “Em direitos da classe trabalhadora não se mexe”, “que a vida da classe trabalhadora, ao contrário de algumas previsões que apontavam para uma possível melhora em sua qualidade com o avanço das tecnologias, caminha a passos cada vez mais largos para a precarização e a superexploração”, questão esta visível na forma como as tratativas em relação à luta desta parte da classe trabalhadora que são as servidoras e servidores da Defensoria Pública vem sendo encaminhadas.

Apoiar as ações de 500 trabalhadoras e trabalhadores da Defensoria significa apoiar e lutar conjuntamente para que além dos direitos trabalhistas destas e destes, também seja garantido o direito de acesso à justiça com qualidade por parte da população usuária dos serviços por elas e eles prestados.

“Sob o discurso falacioso do desenvolvimento e do crescimento econômico, da democracia liberal, da crise e da reconstrução, o capital e seus representantes estatais, sustentados pelo próprio poder econômico e pela grande mídia, tem apontado as conquistas históricas da classe trabalhadora como obstáculos a uma possível saída para o desenvolvimento capitalista e o acesso ao consumo desenfreado por parte de toda a população, como se possível fosse.”

Assim, não podemos de forma alguma, neste momento de crescentes ataques aos direitos da classe trabalhadora nos calarmos diante de mais esta forma visível de repressão à sua luta organizada, luta esta que enfrenta o poderio econômico do Estado e seus defensores. Temos a certeza de que eles são fortes, mas, também, estamos convictos de que juntos seremos mais fortes ainda.

Desta forma, a Gestão Ampliações: Das lutas coletivas à emancipação, do CRESS-SP, reafirma o seu apoio à luta das e dos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e conclama a todas/os a “retomar a história, aprofundar a crítica, resistir à barbárie, organizar a luta e propagar a ideia: EM DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA NÃO SE MEXE”.

Nota de repúdio ao Primeiro-Damismo e ao Voluntariado

Outubro de 2016

O Conselho Regional de Serviço Social- CRESS 9ª Região, vem a público repudiar a valorização do primeiro-damismo e do voluntariado, como modo de gestão das políticas sociais, adotadas pelos governos nas esferas municipais, estaduais e federal.

Posicionamo-nos neste documento pela desresponsabilização do Estado em detrimento da oferta qualificada, pública estatal, gratuita e laica das políticas públicas, e ao mesmo tempo ao reforço de estereótipos machistas a respeito do “papel da mulher na sociedade”.

Historicamente, as políticas sociais e principalmente a Política de Assistência Social, por parte do poder público, é um meio de reprodução da histórica ideologia conservadora que cotidianamente valoriza a compreensão de que a pobreza que atinge milhões de trabalhadores/as na sociedade brasileira deve ser tratada pelo binômio da benevolência e da criminalização. Tratando-se da Política de Assistência Social, geralmente a compreensão é orientada pelo moralismo, ou seja, a caridade e o favor aos mais empobrecidos e necessitados.

Nesse sentido, não é por acaso que tais práticas sejam desempenhadas por “figuras de exemplos”, ou seja, as primeiras-damas, mulheres casadas com prefeitos, governadores e presidentes da república, como é o caso recente de Marcela Temer, esposa do atual presidente da República, cuja imagem tem sido caracterizada como “bela recatada e do lar”. Essa imagem reforça estereótipos machistas e conservadores, que repudiamos veementemente, pois projeta a mulher para a vida pública, de maneira subalternizada e também, na esfera privada, a reduz como mera cuidadora do lar, inclusive negando-lhe direitos sociais e humanos. Nossa defesa é por uma sociedade em que a equidade dos direitos sociais e humanos sejam garantidos e efetivados independente de identidade de gênero, orientação sexual, etnia, geração e divisão de classe.

Marcela Temer não é a primeira mulher à frente da gestão da Política de Assistência Social. O denominado primeiro-damismo na sociedade brasileira inaugura-se no âmbito do governo federal com Darcy Vargas, mulher do presidente Getúlio Vargas, que esteve à frente da LBA – Legião Brasileira de Assistência. Seguindo os mesmos passos, nos deparamos com Ruth Cardoso, mulher de Fernando Henrique Cardoso, responsável pela concepção do Programa Comunidade Solidária. O primeiro-damismo, como modo de gestão das políticas sociais travestido de caridade, benevolência, favor, voluntariado, isto é, exploração gratuita da força-de-trabalho, assume, na realidade imediata, uma aparência desinteressada, escamoteando suas reais intenções. Na realidade, é o retrato da ideologia ultraconservadora, reduzindo o trato com a pobreza e a questão social a uma compreensão moralista, psicologizante e criminal e, ao mesmo tempo, se tornando um meio de manutenção da política utilitarista do curral eleitoral, pois os supostos favorecidos pela prática da benevolência devem

prostrar-se à eterna gratidão, ou seja, ao velho clientelismo, um dos modos clássicos de ser e de fazer política no Brasil.

Além disso, se considerarmos a abrangência dos serviços socioassistenciais inscritos sob a responsabilidade da Política de Assistência Social em território nacional, somente a caridade e o favor desempenhados pelas primeiras-damas obviamente não serão suficientes para responder as demandas de tais serviços.

Assim, o apelo às práticas voluntárias, isto é, que outros cidadãos assumam gratuitamente as responsabilidades do poder público, desresponsabilizando o Estado no atendimento às inúmeras demandas dos serviços, viabiliza a economia dos gastos públicos em relação às políticas sociais que acaba atendendo aos interesses dos governos em tempos de ajustes fiscais, mas concomitantemente fere os direitos da população trabalhadora que devido à crise econômica, está à mercê do desemprego, não contando com a ampliação e qualidade de serviços necessários para assegurar sua sobrevivência.

Historicamente a categoria formada por Assistentes Sociais coloca-se contrária a esse tipo de gestão e compreensão, pois nossa trajetória profissional inscrita na sociedade brasileira e localizada nos mais diversos âmbitos de atendimentos oferecidos pelas políticas socioassistenciais, nos permite afirmar através de fundamentos teórico-metodológico e ético-político que a forma adotada pelo atual governo federal é um retrocesso às conquistas realizadas através do SUAS – Sistema Único de Assistência Social- cuja compreensão é norteadada pela ampliação dos serviços, qualidade no atendimento exercício da cidadania.

Portanto, repudiamos a compreensão histórica de que a pobreza na sociedade brasileira é um problema moral ou criminal e que pode ser solucionada através de práticas travestidas de “bem” que acabam negando a cidadania. Não somos contrários à prática do bem, porém ela não cabe como mediação ao atendimento as demandas compelidas à Política de Assistência Social e, se assim ocorrem, tais práticas alienadamente acabam negando aquilo que desejam alcançar, pois legitimam a herança política cultural da sociedade brasileira, na qual transforma o poder público como um meio de ascensão para projetos pessoais.

Também repudiamos o uso dos atributos femininos para justificar o primeiro-damismo, pois nós, assistentes sociais, categoria formada por homens e mulheres, no desempenho das nossas atividades laborativas nos fundamentamos na razão, um atributo exclusivamente humano que não deve ser substituído por nenhum outro atributo irracional.

Somos ainda contrários ao voluntariado, que visa substituir a operacionalização dos serviços socioassistenciais na medida em que inviabiliza a contratação de profissionais competentes para o desempenho de atividades laborativas remuneradas.

Por fim, corroboramos com a nota do CFESS (www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1301), afirmando nossa posição contrária a qualquer forma de retrocesso aos direitos das classes trabalhadoras.

EM DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA NÃO SE MEXE!

Gestão das lutas coletivas à emancipação 2014-2017

5 de novembro de 2016 Assembleia Geral Ordinária

- Moção de Repúdio ao governo Michel Temer
- Moção de Repúdio à invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes pela polícia
- Moção de Repúdio ao MDSA contra o preenchimento do “Formulário de Verificação de Renda e Composição Familiar”



2016

Clipping

Cultura

Apesar do Zika, grávidas caem na folia em blocos do Rio

Compartilhar: [f](#) [G+](#) [t](#)URL: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/cult>

06/02/2016 17h51 Rio de Janeiro

Isabela Vieira - Repórter da Agência Brasil



Para as grávidas, ficar em casa e não desfilar no Cordão Umbilical no primeiro dia de carnaval seria cruel. [Tânia Régio/Agência Brasil](#)

Desafiando as [recomendações da Fundação Oswaldo Cruz, para que as gestantes evitassem aglomerações](#) e se protegessem do vírus da Zika, mulheres grávidas desfilaram hoje (6) no Bloco Cordão Umbilical, no Humaitá, na zona sul do Rio de Janeiro. Organizado por músicos e moradores do próprio bairro, o bloco é conhecido de pais e mães que brincam o carnaval com os filhos, em clima de tranquilidade e ambiente familiar.

Com mais de oito meses de gravidez, Gabriela Ortis, 28 anos, disse que foi informada das recomendações da Fiocruz, mas que optou por sair e se divertir com a primogênita. "Não dá para ficar em casa trancada e com uma filha pequena." Gabriela afirmou que ela e a filha gostam de carnaval e não poder sair de casa nesta época seria cruel. "Estou me cuidando. Passo repelente e não deixo de fazer as coisas."

Também grávida, Cristina Nunes, 35 anos, deixou o apartamento protegido com telas de mosquito para brincar o carnaval com o marido e a filha pequena. Cristina informou ter esquecido de passar o repelente, mas acrescentou que não "fica na paranoia o tempo inteiro". "Estou vivendo. Agora mesmo estava conferindo para ver se não tinha mosquito [nas pernas]. Não vou ficar desesperada nem enclausurada, só preocupada."



Bloco infantil Cordão Umbilical sai no Humaitá, zona sul da cidade. [Tânia Régio/Agência Brasil](#)

Saiba Mais

Fiocruz orienta grávidas a redobrar cuidados no carnaval para evitar Zika

orientações deveriam ser para homens e mulheres redobram os cuidados, não só mulheres. Até porque, eventualmente o homem, o companheiro, pega doença na rua e passa para a companheira que não sai de casa."

O *Aedes aegypti* é o principal transmissor da Zika. No entanto, a transmissão por saliva e urina não estão descartadas. Ontem (5), a Fiocruz anunciou ter descoberto a presença do vírus nas excreções, embora não tenha confirmado se é possível infectar pessoas por meio do contato. Na dúvida, a orientação é para que as grávidas evitem aglomerações, o compartilhamento de copos e talheres e o contato com pessoas com a doença.

Orientações para família

Organização de defesa dos direitos da mulher, a Artemis informou que as recomendações colocam apenas nas mãos das grávidas a tarefa de se proteger, mesmo que isso não seja possível.

Em entrevista à [Agência Brasil](#), a diretora da entidade, Raquel Marques, cobrou que os pais sejam chamados à responsabilidade. "As



Política

GERENCIAMENTO 



BLOGS

Fausto Macedo

Repórter

EM ALTA

Operação Lava Jato

Entrevistas

Artigos

303













Violência contra mulher salta 44% no país

Registros de ataques sexuais tiveram aumento de 129%, em 2015; foram pelo menos 9 estupros por dia

Guilherme Mazzeiro, especial para o Estado
02 Junho 2016 | 05h00



Foto: Marco Zaoboni.

Os casos de violência contra a mulher cresceram 44,74%, em 2015, se comparado ao ano anterior. Dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 indicam que ano passado foram registradas 76.651 denúncias, ante 52.957, em 2014. Isso representa um caso de violência a cada sete minutos no Brasil, em 2015. As ocorrências específicas de violência sexual – estupro, assédio e exploração – saltaram 129%, de 1.517 para 3.478 relatos. No país foram 9,5 estupros por dia.

[veja_tambem]

NEWSLETTER Política

Receba no seu e-mail conteúdo de qualidade



Digite seu e-mail

ASSINAR

A maior parte de todos os casos registrados, em 2015, é relativa a violência física, 38.451 ocorrências, ou seja 50,15% do total. Outros casos mais recorrentes foram de violência psicológica 23.247 (30,33%) e 5.556 de violência moral (7,25%). Esses são os dados nacionais mais recentes, divulgados em março.

SIGA O ESTADÃO

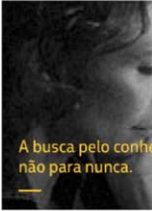







e a 41ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo





A busca pelo conforto não para nunca.



Alugue seu carro



Estadão – Blog Fausto Macedo – 2/06/2016

74



2016

YouTube



Publicado em 14 de mar de 2016

Confira a opinião de conselheiros do conjunto CFESS/CRESS presentes na oficina da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O evento trouxe debates, reflexões e propostas de ações o tema “A criança vítima ou testemunha de violência e sua exposição ao sistema de justiça - debate sobre o PL 3792/2015”.

Segundo a opinião de diversos especialistas presentes na oficina, o Projeto de Lei de autoria da deputada Maria do Rosário (PT), possui uma série de problemas de concepção que podem vitimizar ainda mais as crianças que sofreram violências, além de aniquilar a autonomia dos profissionais, entre outros problemas.

“Os direitos da criança e do adolescente estão em risco com o novo PL”, denunciou Maurílio Matos, presidente do CFESS, que também lembrou que o conjunto CFESS/CRESS já tem um entendimento contrário ao projeto há mais de dez anos, e que, infelizmente, foi derrubado por decisão da justiça.

Por conta do evento, o CRESS-SP também publicou a Nota Técnica “Participação de Assistente Social no Depoimento Sem Dano”, que pode ser acessado através do link: <http://cress-sp.org.br/notas-tecnicas/>



2016

Jornal Ação



Estado

Religião

ESTADO LAICO: UMA DEFESA DO ÓBVIO?

Serviço Social questiona o cumprimento dos direitos humanos de liberdade religiosa, liberdade de consciência e separação entre Estado e religião. Pg. 3

p.6 *A atuação do/a assistente na Previdência Social*

p.10 *Especialista aborda os direitos de familiares das pessoas encarceradas*

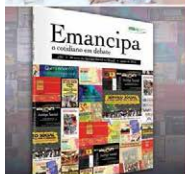
ação

JORNAL DO CRESS-SP • ABR/MAI/JUN - 2016

WWW.CRESS-SP.ORG.BR (11) 3351-7500

83

"Das lutas coletivas à emancipação"
cress-sp
ORGÃO AMPLIAÇÕES
2014-2017



80 ANOS DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Seminário em celebração ao dia do/a
assistente social reafirma a luta da categoria
em prol dos direitos sociais no País Pg. 3



p.6 Serviço Social e mediação
de conflitos

p.8 Saiba mais sobre a
Biblioteca do CRESS-SP

ação

JORNAL DO CRESS-SP - JUL/AGO/SET- 2016

WWW.CRESS-SP.ORG.BR (11) 3351-7500

84

"Das lutas coletivas à emancipação"
cress-sp
GESTÃO AMPLIAÇÕES
2014-2017



p.6 *Atuação nas medidas socioeducativas, para adolescentes acusados da prática de atos infracionais*

p.8 *Conheça mais sobre a Lei de Acesso à Informação que é direito do/a cidadão/ã*

ação

JORNAL DO CRESS-SP - OUT/NOV/DEZ- 2016
WWW.CRESS-SP.ORG.BR (11) 3351-7500

85
Especial Digital

"Das lutas coletivas à emancipação"
cress-sp
GESTÃO AMPLIAÇÕES
2014-2017



p.4 Balanço do 45º Encontro Nacional CFESS/CRESS

p.6 Seminário da COFI em Bauru reúne mais de 200 pessoas

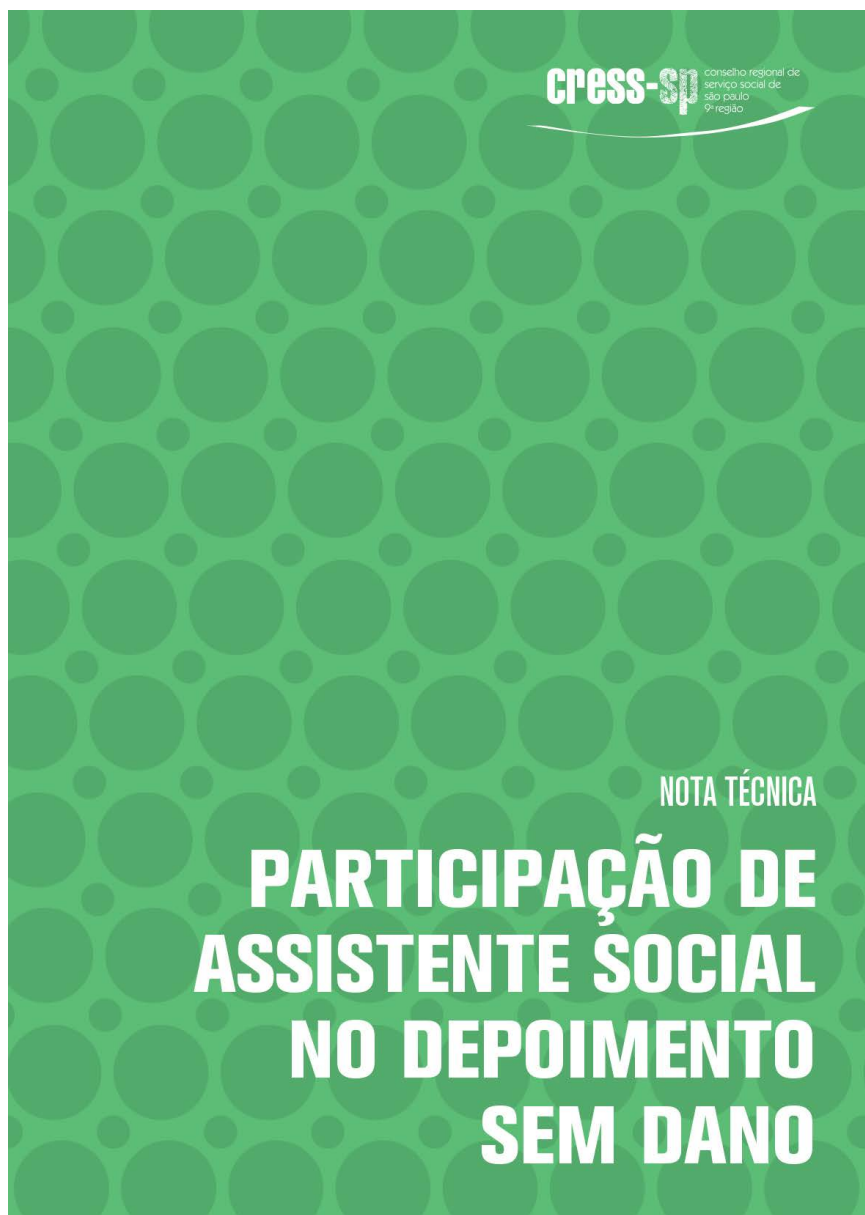


2016

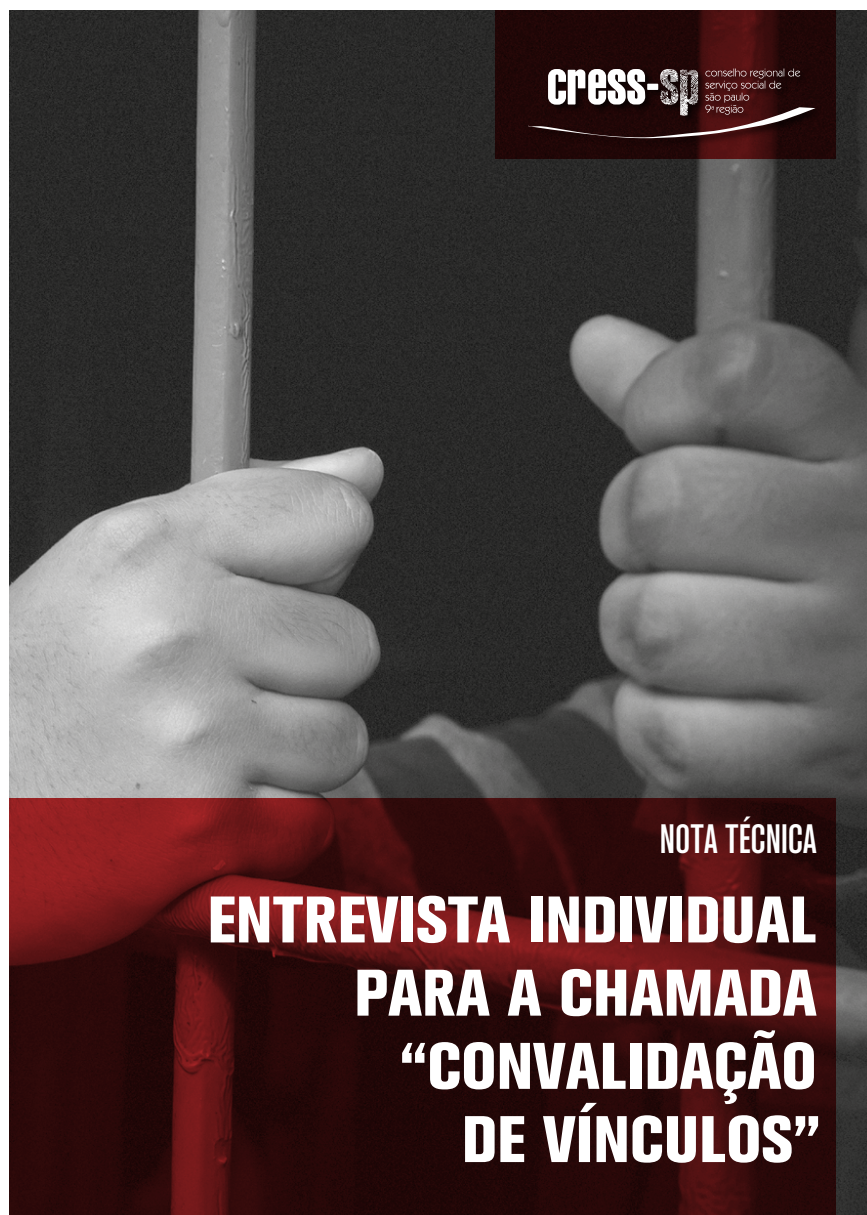
Livretos

Em 2016 foram publicados livretos e notas técnicas sobre os temas:

PARTICIPAÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL NO DEPOIMENTO SEM DANO



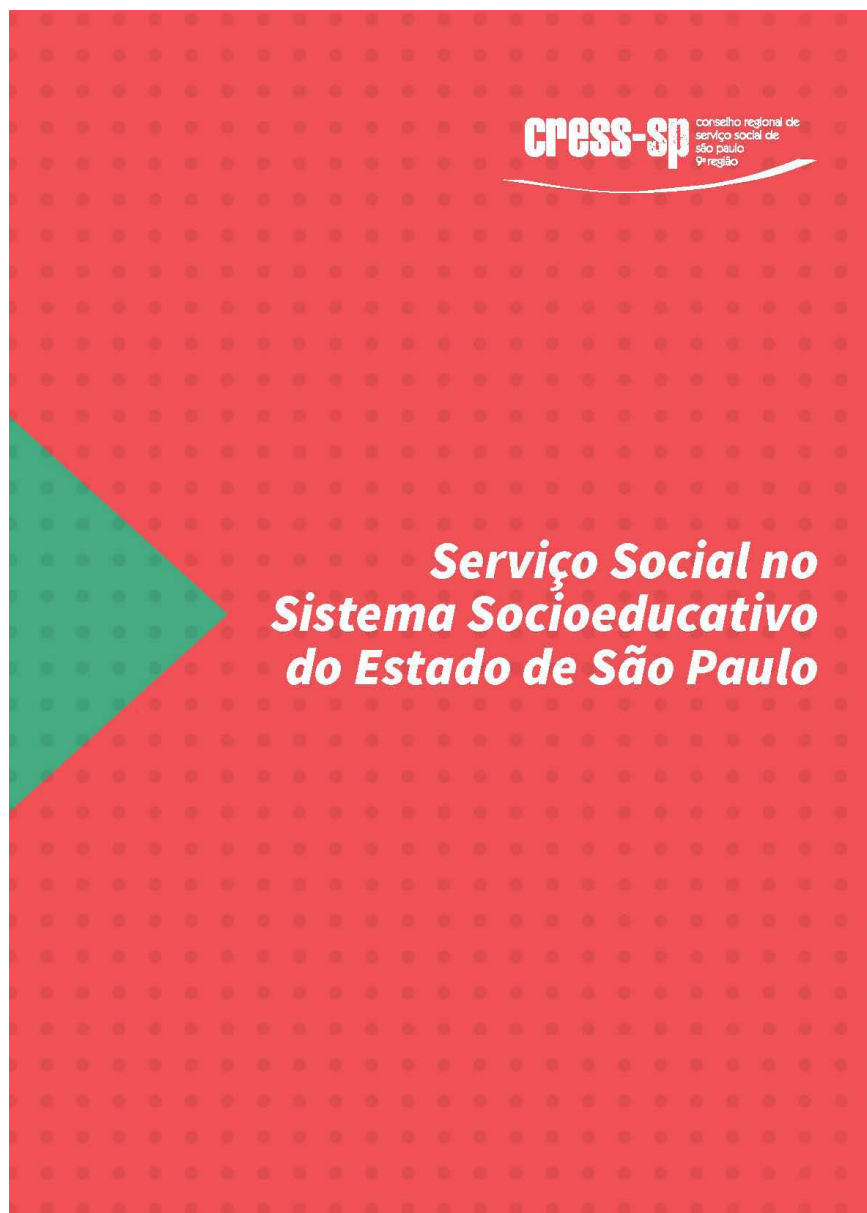
ENTREVISTA INDIVIDUAL PARA A CHAMADA “CONVALIDAÇÃO DE VÍNCULOS”



POSIÇÃO PRELIMINAR SOBRE SERVIÇO SOCIAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS



SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO



**Posicionamentos,
Mídias e Imagens**
2017



2017

Notas e Moções

Ato de Desagravo Público

01/2017 - Em defesa dos/as assistentes sociais da Prefeitura de São Paulo



Nota de repúdio contra as ações na Cracolândia

22 de maio de 2017

NOTA DE REPÚDIO À PREFEITURA DE SÃO PAULO E AO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO PELAS AÇÕES PROMOVIDAS NA “CRACOLÂNDIA”

A gestão “*Ampliações: Trilhando a luta, com consciência de classe (2017-2020)*” do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS 9ª Região/SP) manifesta, por meio desta nota, total repúdio às ações de repressão e violência promovidas nos últimos dias, pela Prefeitura de São Paulo e pelo governo estadual paulista, contra as pessoas em situação de rua e em uso problemático de drogas no espaço público denominado de “Cracolândia”, situado na região central da capital paulistana.

As ações contrariam frontalmente o posicionamento da categoria de assistentes sociais no âmbito da saúde mental, da política de drogas e da liberdade como direito humano fundamental. Nosso posicionamento tem fundamento em ampla literatura acadêmica, bem como nos principais documentos da categoria, a saber, o manifesto “CFESS Manifesta” de junho de 2012, a Carta de Recife (2013), diversos itens das Bandeiras de Lutas e deliberações dos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS, atualizadas no relatório do 45º encontro.

Compreendendo que, do ponto de vista sócio-histórico, o uso de drogas é manifestação da liberdade como valor central do ser social e que, caso tal atitude lhe acometa riscos à saúde e à sociabilidade, o dever de agir do Estado não deve ser reivindicado na linha da “Guerra às Drogas”, mas sim por meio de políticas públicas estatais de educação em saúde, proteção em saúde mental e assistência social com garantia de qualidade, laicidade e universalidade.

Entretanto, não é isso que vemos no exemplo do trato com a “Cracolândia”, situação em que a novidade que se apresenta é o retorno aprimorado da violência policial, da “limpeza e higienização” como conceito de abordagem social e do aprofundamento da negligência governamental às políticas mencionadas, bem como aos diversos estudos que mostram que o resultado social da repressão ao uso de drogas é a ampliação da marginalização e distanciamento das pessoas envolvidas, de possibilidades coletivas, democráticas e livres ao enfrentamento do problema.

Além disso, as ações colaboram com a legitimação conservadora da cultura manicomial no cotidiano, atrasando mais ainda o necessário debate público e sério sobre a matéria, apartado dos interesses de setores industriais de medicamentos, de religiosos e do mercado de drogas, além dos conhecidos anseios neoliberais dos governos mencionados.

O CRESS/SP ampliará sua participação nos fóruns e frentes pela saúde mental pública, de modo que convoca a categoria a somar na luta, participando das atividades do Conselho e dos coletivos congêneres.

NOTA DE REPÚDIO À PREFEITURA DE SÃO PAULO PELOS CORTES DE VERBAS NA SAÚDE PÚBLICA E À NÃO ABERTURA DE CONCURSOS PÚBLICOS

Por um SUS estatal, público, gratuito e com universalidade de acesso, nos marcos das reformas sanitárias e psiquiátricas, o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS-SP “Gestão Ampliações: Trilhando a Luta, com Consciência de Classe (2017- 2020)” manifesta, por meio desta nota, total repúdio ao anúncio de corte indevido de verbas para a saúde pública da cidade de São Paulo e, também, pela não abertura de novos concursos públicos, bem como de concursos realizados sem a convocação devida dos/as profissionais aprovados/as.

A Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo afirmou no dia 04/05/2017, em caráter de urgência, o corte de aproximadamente 7,2% nos valores assistenciais e institucionais, nos contratos com as terceirizadas e organizações sociais, em função do congelamento em 25% do orçamento para a saúde no ano de 2017. Tal medida resultará no sucateamento dos serviços, uma vez que, para haver diminuição de verba nesta proporção, vivenciaremos cortes no quadro de trabalhadores/as dos serviços, bem como, fechamento de equipamentos de saúde e o não atendimento de AMAS nos finais de semana, a fim de diminuir os números de plantões, além de exames e outros insumos que também entrarão na linha de corte prevista. Segundo informações, as organizações de saúde deveriam apresentar plano de reorganização dos serviços, prevendo esses cortes a serem efetivados a partir de junho/2017.

Esses cortes, além de não terem explicações concretas a partir da lei orçamentária aprovada em 2016, se somam às ações de desmonte das políticas sociais que a conjuntura nacional, estadual e municipal nos apresenta. Com a premissa do Estado Mínimo e da abertura do cenário dos direitos sociais para interesses do capital privado, assistimos a essa tragédia anunciada quando se tem a opção por terceirização de serviços tão elementares na vida da classe trabalhadora.

Ao privatizar o SUS, abrem-se caminhos para práticas como corte de funcionários, dificuldade nas estratégias de articulação, diferentes vínculos e contratos de trabalho num único local e o sucateamento dos serviços, resultando na precarização do acesso à saúde por parte de toda a população.

Mesmo nesse cenário de desmontes, a classe trabalhadora resiste e, nesse momento, também manifestamos todo apoio e fazemos coro ao movimento de trabalhadores, sobretudo pelo Movimento Popular de Saúde da Zona Leste que, dentre outras ações, destacou mais de 7.000 assinaturas em defesa do SUS, contando, inclusive, com a assinatura do CRESS/SP.

Os espaços sócio ocupacionais na área da saúde, não compreendem apenas a relação médico e paciente, pelo contrário, a promoção de saúde, nos marcos da reforma sanitária, pressupõe trabalho de qualidade com equipes interdisciplinares e leitura ampliada da relação saúde-doença. Nesse sentido, todas as categorias profissionais que integram o SUS são fundamentais para promover linhas de cuidados e prevenção nas várias demandas que chegam para os serviços de saúde. É um retrocesso as gestões da administração pública, em seu imaginário, subalternizarem categorias profis-

sionais na área da saúde com ameaça de corte e com o ideário de que essas categorias podem ser “dispensadas”, como é o caso do Serviço Social, da Psicologia, da Nutrição, do Nível Médio, dentre tantas outras.

O conjunto CFESS/CRESS tem por princípio a luta e defesa do SUS público, universal, gratuito, laico e de qualidade. É histórica a luta deste Conselho contra o repasse de verba pública para as organizações sociais, por entender que se trata de uma estratégia de desmonte do SUS e por ter convicção que uma Seguridade Social Pública e de Qualidade é Possível! No entanto, a conjuntura da atual gestão da Prefeitura de São Paulo deixa muito nítido quais interesses defende e, desvela ações que caminham na retirada de direitos da classe trabalhadora, perpassando desde o congelamento do orçamento, o corte de verbas destinadas as organizações sociais sem abertura e/ou chamamento de concursos públicos, em que a população pobre, preta e periférica é quem será mais atingida com estas ações truculentas.

O CRESS-SP na luta permanente dos interesses da classe trabalhadora se posiciona contrário a tais medidas que vislumbram somente os interesses da atual gestão e do empresariado que a sustenta. Além disso, também convoca os/as assistentes sociais e a sociedade em geral a trilharem a luta de defesa do SUS, no conjunto dos interesses da classe trabalhadora, empreendendo esforços para participar da Audiência Pública a ocorrer em 31/05/2017 às 11h00 na Câmara dos Vereadores de São Paulo.

Nenhum Direito a Menos!

Em Direitos da Classe Trabalhadora Não se Mexe!

São Paulo, 30 de maio de 2017



2017

Clipping



Bom Dia Brasil – Rede Globo – 23/05/2017



CIDADANIA

Compartilhar 150



DESIGUALDADE

Atlas da Violência: 'Situação brasileira é de genocídio da população negra'

Estudo do Ipea revela que entre 2005 e 2015 a taxa de homicídios entre brancos caiu 12,2%. Já entre os negros, esse número cresceu 18,2%

por Redação RBA | publicado 06/06/2017 18h00, última modificação 06/06/2017 18h03



Entre mulheres, o número de homicídios aumentou em 22%, já entre brancas, reduziu 7,4%

São Paulo – A violência no país vem caminhando no sentido de ampliar a desigualdade entre brancos e negros. Entre 2005 e 2015, a taxa de homicídios entre brancos caiu 12,2%. Já entre os negros, este número cresceu 18,2%. Os dados foram apresentados ontem (5) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), por meio do estudo [Atlas da Violência 2017](#).

Os dados foram reunidos pelo Ipea em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e ainda revelam que um cidadão negro possui 23,5% mais risco de ser assassinado em comparação com os demais brasileiros. "Esse volume de óbitos, e principalmente a discrepância entre a queda na morte de brancos e aumento nos assassinatos de negros, deixa clara que a situação brasileira é de um genocídio da população negra", afirma Júlio Cezar de Andrade, diretor do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (Cress-SP).

Negros, especialmente jovens, também são os principais alvos da violência policial, incluindo a [desigualdade na política de encarceramento no país](#). Em São Paulo, por exemplo, 30% dos habitantes são negros. Já entre os presos, este grupo representa a maioria: 54%. "Genocídio promovido por um Estado que é ausente em questões básicas como acesso à saúde e educação, mas extremamente punitivo, trazendo uma força policial que já aplica a pena de morte em uma guerra às drogas que não pode ser vencida e vítima anualmente milhares de jovens", completa Andrade.

Segundo ele, os dados são alarmantes e representam o racismo institucional, além da desigualdade profundamente enraizada no país. "A diretoria do Cress-SP reafirma o compromisso na defesa dos direitos humanos e combate ao racismo. Essa é uma dimensão importante para a atuação profissional dos assistentes sociais e para a luta de classes", disse sobre a necessidade de ações para reverter "essa realidade nefasta, que coloca a população negra à margem da sociedade e, mais do que isso, cefala milhares de vidas", acrescenta.

A taxa de mortes entre mulheres segue a mesma lógica inversamente proporcional entre negras e brancas. No período analisado pelos órgãos, o índice de mortalidade entre negras aumentou em 22%, já entre brancas, esse número reduziu em 7,4%.

Em termos gerais, o número de homicídios no Brasil oscila entre 50 mil, nos primeiros anos, a 60 mil, nos anos mais recentes. Em 2015, último ano do ciclo analisado, foram 59.080 assassinatos, o que representa 28,9 mortos para cada grupo de 100 mil cidadãos. De acordo com o estudo, o aumento progressivo registrado "revela, além da naturalização no fenômeno, um descompromisso por parte de autoridades nos níveis federal, estadual e municipal com a complexa agenda da segurança pública".

Rede Brasil Atual – 06/06/2017



2017

Jornal Ação

ação

#86
Edição Especial
Eleições 2017/2020

JORNAL DO CRESS-SP
WWW.CRESS-SP.ORG.BR (11) 3351-7500

"Das lutas coletivas à emancipação"
cress-sp
GESTÃO AMPLIAÇÕES
2014-2017

É hora de votar!

Processo Eleitoral do conjunto CFESS/CRESS

Conheça as chapas concorrentes, seus representantes e as propostas para o próximo triênio

Chegou o momento de escolher os representantes do Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo – Cress SP Região, direção estadual e coordenações seccionais e também para os representantes do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Nesta edição especial das eleições, confira as principais propostas das chapas que estão participando das eleições deste ano.

O Conjunto CFESS/CRESS valoriza a democracia e destaca a importância da participação de cada integrante assistente social, que assim exerce sua cidadania e contribui para estabelecer uma categoria mais forte, unida e atuante, com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais e atuar no enfrentamento de toda forma de violência e opressão.

Para o triênio 2017/2020, serão eleitos os/as assistentes sociais para comporem a direção estadual com nove

membrs efetivos e nove suplentes. As seccionais elegerão, além de três suplentes, três membros efetivos: um coordenador, um secretário, um tesoureiro. Para o CFESS a Chapa também é composta por nove membros efetivos e nove suplentes, com representação de diferentes estados.

A votação será realizada por correspondência e é recomendável que a postagem do voto seja feita até o dia 15 de março. As eleições acontecerão nos dias 15, 16 e 17 de março.

ação

JORNAL DO CRESS-SP - JAN/FEV/MAR/ABR - 2017

WWW.CRESS-SP.ORG.BR (11) 3351-7500

87

"Das lutas coletivas à emancipação"
cress-sp
GESTÃO AMPLIAÇÕES
2014-2017

CONTRA O RETROCESSO E A RETIRADA DE DIREITOS

Presidenta do CRESS-SP faz balanço dos três anos de gestão. Período foi marcado por grandes lutas frente a retirada de direitos e aos retrocessos impostos pela conjuntura nacional e por uma categoria cada vez mais convocada à se inserir nas lutas da classe trabalhadora Pg. 4



p.6 Tema do Dia do/a Assis-
tente Social: Na Luta de
Classes Não Há Empate

p.8 Campanha de
Recadastramento
Nacional Obrigatório

p.10 Reconhecendo a im-
portância do processo
eleitoral do Conjunto



Eleições extraordinárias nas seccionais de Bauru, Campinas e Ribeirão Preto

A categoria, mais uma vez, é convocada a eleger a Direção do CRESS-SP para a gestão 2017-2020, dessa vez para as seccionais de Bauru, Campinas e Ribeirão Preto, em virtude do não alcance do quorum mínimo previsto normativamente, na primeira eleição.

As seccionais são geridas por uma Diretoria Provisória, enquanto a eleição não alcance quorum capaz de eleger uma nova Direção para o triênio, de modo que essa condição mantém ativa as funções principais de gestão da seccional. Porém isso precisa findar em nome da legitimidade democrática, e sua participação nesse processo é fundamental.

É de nosso conhecimento que a atual conjuntura política está numa etapa muito difícil, por vezes acentuando desânimos ou colaborando para uma relação direta dos/as gestores/as do CRESS com a classe política brasileira, alimentando uma compreensão a ser superada. Isso, somado à conhecida precarização dos serviços dos Correios, faz com que parte considerável da categoria não deposite seu voto, e quando isso acontece a ponto de não atingir o quorum mínimo, outra eleição deve ser feita, dobrando custos financeiros e políticos para a própria categoria.

Sabemos que o processo eleitoral do Conjunto CFESS/CRESS precisa de aprimoramentos, pois as inconsistências presentes no Código Eleitoral vigente, de fato, colaboram pouco para uma



efetiva participação da categoria no momento de votar.

Diante disso, a Direção Estadual Ampliações: *Trilhando a Luta, com Consciência de Classe*, eleita e empossada em 2017, apresentou proposta de deliberação na última Assembleia Geral, em 1/7/2017, para ser levada ao 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, sugerindo ampla revisão do Código Eleitoral, com implantação de eleições *on-line* e discussão crítica sobre o quorum mínimo. Sendo aprovada, continuaremos em luta para que

tenhamos processos eleitorais alinhados com o cotidiano profissional e animadores da luta que empenhamos.

Por fim, a Direção Estadual ressalta, mais uma vez, a importância da sua participação! O voto é um momento legítimo de manifesto de opinião ao funcionamento e gestão do CRESS!

Saudações!

DIREÇÃO ESTADUAL
Gestão Ampliações: *Trilhando a Luta, com Consciência de Classe* (2017-2020)



2017

Livreto

RELATÓRIO FINAL I ENCONTRO ESTADUAL DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO



